



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO

A ESCOLA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Fevereiro, 2020
São Cristóvão- SE

DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO

A ESCOLA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Dalila Xavier França

Fevereiro, 2020
São Cristóvão- SE

DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO

A ESCOLA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Aprovada em ____/ ____/ ____

Profa. Dra. Dalila Xavier França
Universidade Federal de Sergipe/ UFS
Orientadora/ Presidente

Profa. Dra. Maria Batista Lima
Universidade Federal de Sergipe/ UFS
Membro externo

Prof. Dr. André Faro
Universidade Federal de Sergipe/ UFS
Membro interno

Às minhas filhas Sofia e Isabela por me inspirarem a seguir sempre.

Agradecimentos

À Deus, pelo dom da vida e por acompanhar minha trajetória me dotando de persistência e dedicação para eu realizar os meus objetivos pessoais e profissionais.

Às três mulheres importantes da minha vida que, à sua maneira, constroem cotidianamente a mulher que eu sou. À minha mãe Lane, que lutou para que eu estudasse e pudesse ter as melhores oportunidades, sempre me incentivando à ser independente. E às minhas filhas Sofia e Isabela, os meus motivos de seguir em frente e nunca desistir. Que eu possa inspirá-las a assumir grandes desafios e lutar sempre pelo lugar onde elas querem estar.

Ao meu esposo Valter, pelo incentivo de sempre, pelas ausências justificadas e principalmente pelo companheirismo nas lutas diárias com a nossa família.

Ao meu pai, que não sabe nem o que eu pesquiso, mas me ligou todos os dias para saber se estava tudo bem e enviou boas vibrações nos dias mais desafiadores.

Ao meu irmão Danilo, por estar presente desde o início desse processo, por discutir e pesquisar incansavelmente sobre racismo e sofrer junto comigo até o final da jornada.

À minha professora Dalila, pela sua trajetória acadêmica enquanto mulher, professora e pesquisadora de um tema de relevância social. Você me inspira!

Ao professor André Faro e à professora Maria Batista por aceitarem o convite em compor a minha banca, avaliar e trazer contribuições para o meu trabalho

À minha companheira de CODAP Giselma, pelo incentivo, pela prontidão em ajudar e principalmente pela disposição em ler minha dissertação e me ajudar nas correções.

Aos meus queridos diretores do CODAP, André e Christiane, por sempre apoiarem o meu trabalho e por permitirem que eu me dedicasse exclusivamente ao desenvolvimento desse projeto.

Aos meus amigos e amigas por mostrarem que sempre estarão ao meu lado para tudo que eu inventar de fazer. E aos meus companheiros de mestrado e de grupo de pesquisa. Esse percurso ficou mais leve com vocês!

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”

(José de Alencar)

Lista de Figuras

1. Figura 1- Classificação da história problema pelos alunos brancos e negros	74
2. Figura 2- Atribuição de responsabilidade pelo combate ao racismo na escola.....	76
3. Figura 3- Frequências de observação de racismo na escola	77
4. Figura 4- Frequências de observação de racismo na escola	78
5. Figura 5- Dendograma das atitudes para a resolução de situações de racismo na escola	84
6. Figura 6- Dendograma sobre os encaminhamentos de episódios de racismo nas escolas brasileiras	88
7. Figura 7- Dendograma das experiências ou vivências de racismo na escola	92
8. Figura 8- Dendograma Contribuições dos membros da comunidade escolar no combate ao racismo na escola	96

Sumário

Resumo.....	11
Introdução.....	12
Proposta do presente estudo.....	16
Estudo 1.....	18
Resumo.....	18
O racismo no espaço escolar: aspectos conceituais e função da escola no enfrentamento.....	19
Enfrentamento do racismo e conceitos fundamentais.....	21
Discriminação na escola: realidades e resistência	25
Racismo e educação: aspectos legais sobre as questões raciais e a escola	30
A função da escola no enfrentamento ao racismo.....	33
Considerações finais.....	38
Estudo 2	40
Resumo.....	40
Abstract.....	41
Resumen.....	42
Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa.....	43
Método	47
Resultados.....	49
Considerações finais	61
Estudo 3.....	63
Resumo	63

A escola no enfrentamento ao racismo: atribuições de responsabilidade pela comunidade escolar.....	64
Método.....	69
<i>Participantes.....</i>	<i>69</i>
<i>Instrumentos.....</i>	<i>70</i>
<i>Procedimentos.....</i>	<i>72</i>
<i>Análise de dados.....</i>	<i>73</i>
Resultados.....	73
<i>A percepção de alunos, professores e pais de manifestações de racismo nas escolas em geral</i>	<i>73</i>
<i>Atribuição de responsabilidade dos membros da comunidade escolar pelo enfrentamento do racismo na escola.....</i>	<i>75</i>
<i>Frequência de observação de episódios de racismo nas escolas brasileiras</i>	<i>77</i>
<i>Considerações sobre a responsabilidade da escola em combater o racismo e a importância de se promover ações preventivas pela escola.....</i>	<i>78</i>
<i>Resolução, encaminhamentos e relatos de experiências do racismo na escola na perspectiva de pais, alunos e professores.....</i>	<i>79</i>
<i>Atitudes para a resolução de situações de racismo na escola.....</i>	<i>80</i>
<i>Encaminhamentos de episódios de racismo nas escolas brasileiras</i>	<i>85</i>
<i>Experiências ou vivências de racismo na escola.....</i>	<i>90</i>
<i>Contribuições dos membros da comunidade escolar no enfrentamento ao racismo na escola</i>	<i>93</i>
Discussão.....	97

Considerações finais.....	106
Referências.....	111
Anexos.....	123
Anexo 1 Comprovação de aceite do Estudo 1 para publicação em periódico científico	124
Anexo 2 Aprovação pela Comissão de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe	125
Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127
Anexo 4 – Questionário dos alunos.....	129

Resumo

A comunidade escolar está cada vez mais heterogênea e possivelmente a escola será o ambiente que oferecerá às crianças as primeiras oportunidades de contato direto com outros grupos sociais. É nesse contato com o outro que as diferenças são salientadas, sendo elas de gênero, sociais, étnica, dentre outras. O racismo tem sido estudado por pesquisadores sociais e sua manifestação na escola traz consequências principalmente para os alunos que estão em desenvolvimento e construindo sua trajetória escolar. Entender como o racismo se manifesta nesse ambiente, saber que estratégias utilizar para enfrentá-lo e qual a responsabilidade e contribuição dos membros da comunidade escolar nesse processo é fundamental para que a escola possa enfrentar o racismo. Nesse sentido, o presente trabalho se propôs a analisar o papel da escola no enfrentamento ao racismo. Para isso, foram realizados três estudos: o primeiro, trata-se de um artigo teórico que revisa os principais conceitos relacionados à temática racial e discute a função da escola no enfrentamento ao racismo; o segundo, um artigo de revisão integrativa da literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola; e o terceiro, um estudo empírico que analisa o enfrentamento a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar. Os três estudos de uma maneira geral contribuíram para a produção de conhecimento sobre as questões raciais e a escola, reunindo as principais estratégias que podem contribuir para o enfrentamento e incluindo todos os membros da comunidade escolar como responsáveis pelas questões raciais na escola e pela luta antirracista.

Palavras-chave: racismo, escola, enfrentamento, comunidade escolar

Introdução

Ao puxarmos pela memória, lembraremos com certeza, com saudosismo ou não, dos tempos de escola. Afinal, foram pelo menos 11 anos de escolarização formal, sem contar com os tempos pré-escolares. As amizades construídas, o aprendizado compartilhado, o contato com o outro e os professores que passaram por essa trajetória, marcaram um período importante do nosso desenvolvimento. Sempre que tento lembrar das professoras dos primeiros anos, me vêm à lembrança um livro me apresentado muito tempo depois por uma professora na graduação, “A professora encantadora” do autor Vassalo (2010), que por meio da linguagem poética, narra a história de Maísa, uma professora que sabia encantar seus alunos. Ela falava sobre estranhezas, esperas, suspiros e silêncios e deixava no coração de cada aluno lições de amor e compreensões da realidade para a vida inteira.

Sempre que podia, e Maísa podia quase sempre, ela também nos ensinava a catar perguntas novas dentro das histórias, dos versos, das cenas, das ideias, das pessoas. Ela dizia que pergunta nova é uma que desdobra a gente por dentro. E a Maísa gostava um bocado de desdobrar gente por dentro. Assim, a professora também nos ensinava a diminuir os medos no coração, dividir silêncio na frente de uma beleza e multiplicar poesia no pensamento. (Vassalo, 2010, p.9)

Certa feita, chegando para pegar minha filha de 4 anos na escola onde ela estudava, tia Rosa me chamou para conversar. Ela estava encantada, seus olhos brilhavam de surpresa para me contar sobre a pergunta que minha filha fez para ela durante a aula sobre as cores. Inocentemente, sua aluna perguntou porque que o nome dela era Rosa se ela era preta. Sim, tia Rosa era negra, a única professora negra da vida escolar da minha filha até agora. E através dessa pergunta que desdobra a gente por dentro, tia Rosa, assim como a professora

Maísa, pôde falar para sua turma de 4 anos, sobre as cores das pessoas, suas belezas e, acima de tudo, sobre igualdade e diferença.

Infelizmente, a realidade das escolas brasileiras não é tão encantada assim. A Relatoria Nacional para o direito humano à educação (2011) traz os grandes desafios brasileiros da educação que deveriam ser enfrentados. Entre eles, a manutenção de uma educação sexista, racista, homofóbica e discriminatória no ambiente escolar e o acesso desigual a educação de qualidade. Nesse caso, o relatório traz dados de que somente 18,3% das crianças de 0 a 3 anos tem acesso à educação infantil e a situação fica ainda pior para às crianças pobres, negras e do campo. Outro dado bastante alarmante trazido pelo relatório e ratificado pelos dados de 2017 sobre a exclusão escolar no Brasil é sobre os obstáculos para a permanência na escola por parte dos meninos brasileiros, principalmente os negros. Dos alunos entre 4 e 14 anos que estão fora da escola, 64,03% são negros (Unicef, 2017).

Depois de enfrentar essa realidade social desigual para ter acesso e permanecer na escola, os alunos negros enfrentam mais um desafio que é conviver com a realidade do racismo durante o seu percurso educacional. As populações escolares estão cada vez mais heterogêneas e possivelmente a escola será o ambiente que oferecerá às crianças as primeiras oportunidades para o contato direto com outros grupos sociais. Mas, essas oportunidades de contato quase inevitáveis, não garantem experiências intergrupais positivas. O que se observa é a exposição dos alunos negros a agressões verbais, psicológicas e até físicas, que interferem na formação positiva de sua identidade étnica e os distanciam de uma trajetória escolar positiva para o seu desenvolvimento (Gomes, 2005; Menezes, 2003; Ulger et al., 2018).

Que a escola faz parte de um contexto social brasileiro que, desde a sua formação é constituído por uma diversidade étnica e cultural, isso todos nós sabemos. Mas o que

realmente acontece é que, no ambiente escolar, essa diversidade é muitas vezes alvo de comparações, desigualdades e preconceito e, fazendo parte desse processo, a escola ao mesmo tempo sofre e contribui com essas desigualdades. A escola funcionaria como um lugar não só de acolhimento das diferenças humanas e sociais, mas também no lugar a partir do qual se engendram novas diferenças, surgem novas demandas e novas apreensões sobre o mundo (Aquino, 1988).

O racismo na escola aparece não só nas atitudes hostis e aparentes de violência contra os negros, mas de forma sutil, sorrateira, por meio das verbalizações de apelidos e chacotas relacionadas a cor da pele (Santos, 2005), na falta de expectativas positivas sobre o rendimento desses alunos e nas avaliações com critérios diferentes por parte dos professores (França, 2017; Gonçalves, 2006), no não reconhecimento do racismo no ambiente escolar por parte da gestão e dos que compõem a comunidade escolar (Riedman & Stefoni, 2015), na rejeição dessa temática por parte dos professores (Feitosa dos Santos, 2014), na negação da história de resistência do povo negro no Brasil e na não implementação da lei 10.639/03 no cotidiano escolar (Macêdo, 2016). “Cirilo”, “Rolo de fumo” e “azulão” continuam circulando nos corredores escolares e precisam deixar de serem considerados parte do humor característico dos brasileiros ou brincadeiras comuns à idade das crianças e adolescentes.

A temática que relaciona racismo e escola, ao mesmo tempo em que reconhece a escola como mais um dos lugares onde o preconceito é desenvolvido e alimentado (Ferreira & Camargo, 2011), também a considera um lugar em que é possível construir uma educação mais igualitária, responsabilidade de todos que fazem parte da comunidade escolar (Macêdo, 2016).

O que seria necessário, portanto, para mudar essa realidade discriminatória nas escolas brasileiras? De quem seria a responsabilidade por essa mudança? Que atores da comunidade escolar estariam à frente desse enfrentamento?

É importante reconhecer que o racismo está presente nas escolas brasileiras, bem como na nossa sociedade. É preciso também acabar com o discurso de que não é competência da escola discutir questões ligadas à formação humana, incluindo nelas as questões raciais. A temática étnico-racial precisa estar presente desde a formação de professores, aliada a uma adoção de mudanças concretas que possibilitariam o surgimento de novos valores e a construção de novas práticas (Gomes, 2005).

É nesse ponto que aparecem os fundamentos da educação racialmente crítica e antirracista como um comprometimento que vai além de reparar as feridas das injustiças sociais. A educação antirracista transforma vidas e a sociedade em geral eliminando o racismo e proporcionando aos alunos maior liberdade para formar identidades não racializadas (ver Cabecinhas, 2007). Isso ajudaria as comunidades a esquecer de uma vez por todas as políticas de culpa social e se voltar para a responsabilidade que cabe à sociedade (Glass, 2012).

Em conformidade com as ideias apresentadas pelos autores acima, reconhece-se a importância em discutir questões raciais na escola, mostrando o racismo presente nos discursos e práticas deste ambiente e pensando em estratégias efetivas para um real enfrentamento do racismo. Acredita-se que o desenvolvimento do projeto pode contribuir com o grande desafio da escola de promover a tolerância, o diálogo e se tornar um espaço democrático. Além disso, discutir sobre a responsabilidade por esse enfrentamento e as possíveis contribuições de cada um, pode levar os membros da comunidade escolar a cumprirem, individualmente e juntos, seu papel de enfrentar o racismo na escola e lutar por

uma educação antirracista. Espera-se ainda que o projeto traga sugestões de possibilidades de enfrentamento e suscite novas estratégias que poderão ser utilizadas para mudar essa realidade nas escolas brasileiras.

Proposta do presente estudo

Esse projeto se propõe a analisar o papel da escola no enfrentamento ao racismo. De forma específica, objetiva-se:

1. Revisar os principais conceitos relacionados à temática racial e entender a função da escola no enfrentamento ao racismo.
2. Levantar as estratégias de enfrentamento do racismo utilizadas na escola e no âmbito da educação.
3. Observar a frequência com que os membros da comunidade escolar (alunos, professores e pais) percebem manifestações de racismo nas escolas brasileiras e o posicionamento deles para encaminhamentos dessas manifestações.
4. Verificar a quem alunos, professores e pais atribuem a responsabilidade de enfrentamento ao racismo na escola e comparar as compatibilidades e divergências a respeito dessa atribuição.
5. Verificar se os membros da comunidade escolar consideram importante que a escola desenvolva ações preventivas antirracismo.
6. Verificar se os membros da comunidade escolar já passaram ou vivenciaram experiências de racismo no contexto escolar.
7. Verificar as sugestões da comunidade escolar para a resolução de situações de racismo na escola.
8. Verificar as possíveis contribuições de pais, professores e alunos para o enfrentamento do racismo na escola.

Para atingir o objetivo geral desse estudo, o presente trabalho está dividido em três partes principais que correspondem a três estudos. O primeiro capítulo trata-se de um artigo teórico que aborda o fenômeno do racismo no espaço escolar e atende ao objetivo específico 1. Este artigo objetivou revisar os principais conceitos relacionados à temática racial e entender a função da escola no enfrentamento ao racismo.

O segundo capítulo se trata de um artigo de revisão integrativa da literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola e atende ao segundo objetivo específico do presente trabalho. Tal estudo permitiu reunir as principais estratégias encontradas na literatura e os recursos que estão sendo utilizados pela escola para o enfrentamento do racismo. Este estudo foi submetido e publicado pela revista Educação e Formação (UECE) em setembro de 2019 / v. 4 n. 12. (Anexo 1).

Por fim, o terceiro capítulo traz o estudo empírico que visa alcançar os objetivos específicos de 3 a 8 dessa dissertação e investiga o enfrentamento do racismo na escola a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar.

Para finalizar, vale esclarecer que, para facilitar a organização da presente dissertação e evitar repetições, as referências dos três estudos, bem como da introdução, ficarão disponíveis ao final em um tópico à parte.

Estudo I

O racismo no espaço escolar: aspectos conceituais e função da escola no enfrentamento

Resumo

O racismo pode ser manifestado na escola de diversas formas, seja na relação dos alunos com seus pares, com os professores ou na falta de representatividade no espaço escolar e pode impedir que os alunos negros construam sua identidade étnica de maneira positiva, interferindo no seu desenvolvimento escolar. Para entender essa realidade, foram propostos alguns questionamentos que versam sobre a atuação das escolas brasileiras na promoção da diversidade e no enfrentamento ao racismo e à discriminação. Dessa forma, esse estudo se propõe a apresentar uma revisão teórica sobre o fenômeno do racismo no espaço escolar. Para isso, o trabalho foi dividido em quatro partes, a saber: enfrentamento do racismo e conceitos fundamentais; a discriminação na escola: realidades e resistências; aspectos legais sobre as questões raciais e a função da escola no enfrentamento ao racismo. Nesse contexto, foi possível destacar que a escola tem um importante papel no combate ao racismo, pois, através do acesso a conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados e a trocas de conhecimentos, ela pode proporcionar a conquista de uma racionalidade no que diz respeito às relações sociais e raciais, indispensáveis à construção de espaços mais democráticos e igualitários.

Palavras-chave: enfrentamento, escola, racismo

O racismo no espaço escolar: aspectos conceituais e função da escola no enfrentamento

O Brasil é conhecido como o país da multiplicidade. Essa diversidade aparece não só nas exuberantes paisagens, mas também na formação cultural brasileira caracterizada pela fusão de etnias e culturas diversas. No entanto, essa miscigenação racial costuma ser simplificada e romantizada. Muito já foi ouvido sobre o Brasil ser um país mestiço e livre de preconceitos, contudo, por trás desse discurso de miscigenação, esconde-se uma realidade violenta e racista. Esse pensamento que, na nossa história, sugeriu uma fusão fraterna e tranquila entre brancos, negros e índios, serve ainda hoje para a manutenção das desigualdades raciais e manifesta-se nos vários espaços da estrutura social do país, sendo a escola o mais evidente e danoso.

A educação é um direito de todos e obrigação do Estado. Nesse panorama, vale destacar que, como obrigação, muitas vezes se limita unicamente ao acesso, quando é preciso que tenha qualidade e que promova igualdade de oportunidades a todos, indistintamente, além do respeito às diferenças culturais.

Historicamente, as Diretrizes curriculares (2004) mostram que o Brasil, no período inicial de construção de um modelo de educação, demonstrou-se excludente, impedindo que muitos brasileiros negros tivessem acesso às escolas. Isso pode ser observado no Decreto N° 1331 de 1854 que estabelecia que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas brasileiras e a instrução destes dependia da disponibilidade de professores. Já em 1878, outro Decreto, N° 7031, também versava sobre essa questão, estabelecendo que os negros só poderiam estudar no período noturno.

Assim, para os negros, a garantia do direito ao estudo foi, ao longo dos anos, atrelada à perda da herança cultural de seu povo. Para muitos filhos de negros, a única possibilidade

de educação era o aprendizado através do colonizador e, os poucos que tinham acesso às escolas públicas brasileiras, estudavam uma história que não era a do seu povo, com livros de personagens brancos de olhos azuis. Enfim, os professores e a escola representavam um mundo muito diferente daquele do povo negro (Munanga, 1988).

É certo que o negro sofreu e ainda sofre discriminação no Brasil e o espaço escolar é mais um desses lugares em que esse fato se torna evidente. Claro que, desde a publicação dos decretos citados acima, até os dias atuais, muitos avanços importantes aconteceram tanto no campo teórico, que permitiram o reconhecimento do racismo e a definição de suas manifestações, como no campo prático. Um exemplo destas mudanças práticas que será detalhado neste artigo é a lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. O objetivo dessa lei vai além de garantir vagas para negros nos bancos escolares e tenta reparar danos que se repetem há cinco séculos, valorizando a história e a cultura do povo negro e garantindo sua identidade e direitos (Brasil, 2004).

Considerando a importância da escola, enquanto instituição fundamental para o desenvolvimento e a socialização, é mister que se tenham estudos que fundamentem e relacionem a temática entre racismo e escola, observando a expressão do racismo neste ambiente, bem como a função social da escola no enfrentamento ao mesmo e no exercício da cidadania. A partir disso, é possível se questionar: As escolas brasileiras promovem a diversidade e o respeito às diferenças dos diversos grupos raciais? O racismo e outros aspectos raciais são considerados e discutidos no ambiente escolar? Qual a função da escola no enfrentamento dessa realidade discriminatória nas escolas brasileiras?

Nesse contexto, o presente artigo objetivou revisar os principais conceitos relacionados à temática racial e entender a função da escola no enfrentamento ao racismo.

Buscou-se, a partir desse objetivo, responder os questionamentos propostos, abordando quatro tópicos que contemplam aspectos da temática que relaciona racismo e escola, a saber: enfrentamento do racismo e conceitos fundamentais; a discriminação na escola, realidades e resistências; aspectos legais sobre as questões raciais e a função da escola no enfrentamento ao racismo.

Dessa forma, acredita-se que este artigo possa contribuir com a ampliação do debate acerca da temática racial no espaço escolar e, assim, inspirar a adoção de estratégias pedagógicas que possibilitem a transformação desse espaço em um ambiente mais democrático.

Enfrentamento do racismo e conceitos fundamentais

Esse tópico objetiva transitar entre os principais conceitos da temática racial que fundamentam teoricamente e norteiam as discussões o presente artigo. Além disso, pretende-se apresentar a definição do conceito de enfrentamento, buscando-se entender como tal conceito se interliga ao racismo.

Um dos conceitos utilizados nesse trabalho é o de preconceito que foi definido na obra de Allport (1971), este está na origem de quase todos os modelos de psicologia social sobre formação, funcionamento e redução de preconceitos. Segundo esse autor, preconceito seria uma atitude hostil que pode ser direcionada a um grupo como um todo ou a uma pessoa, em função da sua pertença a um grupo social. Entende-se ainda por preconceito atitudes baseadas em julgamentos antecipados com componentes afetivos e cognitivos (Pereira et al., 2011).

A partir desses conceitos é possível perceber que o preconceito está ligado a grupos sociais e, mais ainda, aos grupos mais socialmente desvalorizados. Portanto, muitas são as formas de preconceito, como o preconceito contra mulheres, homossexuais, pessoas com

deficiência, pessoas gordas, idosas, estrangeiras etc. (Lima, 2013). Na escuta atenta a um noticiário de jornal, por exemplo, permite-se observar várias formas de manifestação de preconceito destinados a esses grupos sociais, desde as formas mais sutis até as mais violentas, que levam à morte muitas dessas pessoas consideradas minorias sociais. Mas o que são essas manifestações do preconceito?

Para responder a esse questionamento, é preciso apresentar mais um conceito importante, o conceito de discriminação. Segundo o próprio Allport (1971), discriminação seria a manifestação comportamental do preconceito, é a distinção ativa em relação ao outro grupo manifestada através de comportamentos de exclusão, segregação, privação de direitos e até mesmo atos de violência. Pode-se perceber que as definições de preconceito e discriminação trazem entre si semelhanças e diferenças, uma vez que as duas partem de motivações internas, sentimentos, mas a discriminação se manifesta concretamente, podendo inclusive sofrer as sanções legais relacionadas ao ato.

Dentro desse panorama, o racismo, por sua vez, é mais que uma atitude, pois está envolvido na diferenciação dos grupos a partir de aspectos naturais ou físicos, sendo assim definido como:

Um processo de hierarquização, exclusão e discriminação de um indivíduo ou toda uma categoria social definida como diferente, baseada em alguma marca física externa (real ou imaginada) a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. (Lima & Vala, 2004, p. 402)

Em resumo, o racismo estaria voltado a um complexo de ideias e atitudes centradas na conversão de diferenças biológicas em diferenças morais, culturais e comportamentais que condicionam as interações sociais entre indivíduos (Pereira, 2001). É, portanto, uma construção social e histórica (Cabecinhas, 2007; Diehl, 2016), enquanto que o preconceito

se relacionaria a atitudes e opiniões desfavoráveis em relação ao outro (Pereira, 2001). Já a discriminação é responsável por um resultado e, quando uma pessoa acredita que foi discriminada, julga que foi injustamente tratada com base em uma categoria social ou por ser membro daquele grupo (Stangor, 2009).

A presença de fenômenos, como o preconceito e a discriminação, na sociedade, leva-nos a indagar sobre como se dá a formação do preconceito. Muitos teóricos se dedicaram a estudar e a formular explicações para esse processo. Para Allport (1971), essa formação estaria ligada a um processo mais amplo chamado de categorização, sendo este definido como uma tendência natural da mente humana para se adaptar às exigências práticas da vida cotidiana. Para isso, a mente humana criaria categorias como possibilidade de ordenamento da vida social. Sendo assim, o processo de categorização se resumiria em alguns pontos: assimilaria o maior número possível de informações ao agrupamento, permitiria identificar rapidamente seus objetos pelos traços comuns e poderia ser mais ou menos racional. Dessa forma, através da criação de categorias, começa-se a testar possibilidade e fazer magníficas generalizações.

Categorizar também significa perceber os grupos de modos diferentes e esse processo dá origem aos estereótipos sociais que seriam certas generalizações feitas pelos indivíduos e compartilhadas por um número de pessoas no interior de um grupo social. Os estereótipos teriam ainda duas funções sociais que seriam contribuir para a criação e preservação das ideologias do grupo, bem como ajudar a preservar ou criar diferenciações positivas de um grupo em relação ao outro e, vale ressaltar que, nesta comparação, o seu grupo sempre tenderá a ter as características positivas (Tajfel, 1981).

A partir do conceito de estereótipo, é possível entender sua função de contribuir para preservação do grupo social, ajudando os indivíduos a defender o seu modo de vida e as

características do seu grupo. Mas, em contato com outros grupos, os indivíduos defenderão os valores do seu próprio grupo e tenderão a subestimar os que pareçam representar uma ameaça a eles (Allport, 1971; Tajfel, 1981). Nessa lógica e associando aos conceitos de racismo, preconceito e discriminação citados acima, os estereótipos funcionariam como um fio condutor para a disseminação do preconceito, dando origem a estigmas que vão sinalizar suspeitas e intolerância para com outros grupos (Menezes, 2003).

O objetivo desse artigo de revisão é apresentar os principais conceitos relacionados à temática racial e entender a função da escola no enfrentamento ao racismo. A partir dessa breve contextualização, foi possível trazer uma breve fundamentação sobre os conceitos relacionados ao racismo, citando suas principais definições e pensando onde estariam enraizadas suas origens. Antes de se passar ao próximo tópico no qual se aprofundará como as questões raciais aparecem no contexto escolar, é importante apresentar ainda o conceito de enfrentamento.

Assim, estudado em várias áreas do conhecimento, o conceito de enfrentamento está relacionado à ideia de adaptação. Para a sociologia, trata-se da adaptação da ordem social às crises. Para a biologia, seria uma adaptação dos organismos a agentes nocivos. Já para a psicologia, o termo tem sido associado à adaptação do sujeito a diversas fases do desenvolvimento e a situações consideradas estressantes (Nunes, 2010). Para White (1974/1985), comportamento de enfrentamento é um termo traduzido do inglês *coping* e está relacionado a adaptação de problemas que exigem comportamentos variados e provocam emoções desconfortáveis.

É importante assinalar que vários estudos da área da psicologia social e outras áreas que estudam racismo têm relacionado o termo enfrentamento à ideia de prevenção (Moura & Autiello, 2017; Macêdo, 2016; Pinto, 2017), ou estar em estado de prontidão, atento

(Carvalho & Castro, 2017; Silva & Dias, 2013) ou, ainda, voltados para a ideia de lidar com o racismo (Brondolo et al., 2009; Farias et al., 2018; Ferreira & Camargo, 2011).

Assim, o presente artigo de revisão utilizará o termo enfrentamento baseado na definição de adaptação de problemas que exigem comportamentos variados e emoções desconfortáveis (White, 1974/1985). A utilização desse conceito permitirá entender a função da escola no enfrentamento ao racismo, bem como quais os comportamentos variados (estratégias) estão sendo ou poderão ser utilizados para auxiliar nesse processo.

Nos próximos tópicos, será discutido como o racismo e a discriminação aparecem no espaço escolar, quais as consequências para os envolvidos nesse processo e a função da escola no enfrentamento ao racismo.

Discriminação na escola: realidades e resistências

A escola é uma importante instituição social que dá continuidade ao processo de socialização iniciado pela família e pode ser o primeiro local de vivência de tensões raciais. O racismo aparece na escola de maneira sutil, camuflado em formas de brincadeiras, apelidos, mas que podem impedir os alunos negros de construírem a sua identidade étnica de maneira positiva. A consequência disso é que, mesmo depois de adultos, as experiências de preconceito racial vivenciadas na escola ficam guardadas na memória do sujeito, ainda que a maturidade e a consciência racial lhe permitam superar a introjeção do preconceito (Gomes, 2003; William & Davidson, 2009).

A literatura sobre esse tema revela que o racismo pode ser manifestado na escola de diversas formas, seja na relação com seus pares na sala de aula ou em outros espaços, seja na relação com os professores ou com a equipe diretiva, seja na falta de representatividade no espaço escolar, dentre outros. As pesquisas que seguem demonstram a abrangência das

situações de racismo e discriminação dentro da escola e as consequências destes para todos os envolvidos.

Um estudo realizado por Santos (2005) buscou identificar as incidências de preconceito e discriminação racial no cotidiano escolar dos alunos negros, brancos e índios de duas escolas públicas de Mato Grosso. Os resultados mostraram que os alunos negros têm mais dificuldade de serem incluídos nos grupos de amigos e também nos grupos para a realização de atividades escolares. Além disso, esses alunos negros são depreciados através de apelidos que são interpretados pelos perpetradores como brincadeiras. Alguns até reconhecem como sendo brincadeiras de mau gosto, mas continuam a fazer por considerarem divertidas.

Outra característica física dos negros, bastante evidenciada nesse estudo, foi o cabelo que passa a ser mais um atributo de depreciação dos mesmos. A autora (Santos, 2005) enfatiza que, neste caso, o cabelo passa a ser mais funcional como veículo do preconceito do que a cor de pele, porque, ao se referir a ele, acredita-se não se estar sendo abertamente racistas.

Além da relação aluno-aluno no ambiente escolar que já se percebeu que não é tão igualitária assim, os alunos negros ainda enfrentam outras violências simbólicas por parte dos professores. Elas não são tão claras ou diretas, mas terminam por interferir na trajetória escolar do aluno. Essa violência simbólica é reafirmada ainda pela linguagem não verbal e pela ausência de contato físico afetivo com crianças negras, por parte dos professores. Às crianças brancas são feitos elogios como pessoas boas, bonitas, inteligentes. Em contrapartida, às crianças negras, os elogios são feitos às tarefas que elas executam e não a elas como seres humanos dignos de admiração e incentivo (Carneiro, 2011; França, 2017).

É válido destacar que critérios de avaliações semelhantes foram encontrados em pesquisa realizada por França (2017) que tinha por objetivo analisar o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras. Neste estudo, 109 professores teriam que analisar uma redação escrita por uma criança e atribuir uma nota a essa redação, que poderia variar de 0 a 10, especificando os critérios utilizados para a avaliação. As redações eram acompanhadas pela foto da criança que supostamente a escreveu; para um grupo a foto era de uma criança negra e, para outro, de uma criança branca. Os resultados encontrados foram que, os professores atribuíram notas mais altas às redações acompanhadas pela foto da criança branca, do que às redações acompanhadas pela foto da criança negra. Além disso, os critérios utilizados também divergiram, pois, enquanto que para as crianças brancas foram atribuídas características referentes à sua inteligência e à capacidade de pensar, como criatividade, expressão, idade e construção textual, para as crianças negras utilizaram-se critérios como correção gramatical, caligrafia e, principalmente, o esforço.

Apesar de os dados acima refletirem a realidade vivida pelos alunos negros nas escolas brasileiras, o reconhecimento da presença de racismo nesse ambiente ainda é negado pelos atores envolvidos nesse processo. Algumas pesquisas realizadas com professores demonstram que as discriminações ocorridas entre os alunos são vistas como ações inerentes à interação das crianças e, quando associam algumas dessas ações a fatores raciais, desvalorizam-nas, considerando-as pequenas e raras de acontecer (Bernardo & Maciel, 2015; Cavalleiro, 2005; Feitosa dos Santos, 2014). Não existe também o reconhecimento dos prejuízos que tais acontecimentos possam provocar no dia a dia e na vida das crianças envolvidas. Percebe-se então que a opinião dos professores sobre os aspectos raciais varia muito, indo desde o não reconhecimento da presença de racismo ou não acreditar na possibilidade de as crianças cometerem discriminação, passando pela desvalorização, até chegar ao reconhecimento da discriminação racial (Cavalleiro, 2005).

Nessa situação, o não reconhecimento pelos professores de que o racismo é um fato recorrente e presente, nas escolas brasileiras, resulta na perpetuação de práticas discriminatórias graves e resolução inadequada de conflitos raciais na escola. Pesquisa mais recente realizada a partir das observações de estagiários de pedagogia sobre situações de preconceito e discriminação revelou que os professores da Educação Infantil comparavam o desempenho de alunos brancos e negros e faziam comentários sobre as características físicas dos mesmos, além de dispensarem afetos de forma diferenciada a ambos. Outro resultado importante foi que os estagiários relataram apresentar dificuldades em reconhecer situações de preconceito e discriminação, o que demonstra que a temática étnico-racial é pouco discutida durante a formação docente (Aguilar et al., 2015). Esses achados também corroboram com os resultados de Orlando e Ferreira (2014) que retratam os argumentos dos professores de que se sentem despreparados para lidar com os aspectos raciais na prática e acabam tomando decisões equivocadas para resolver as situações.

Outra ideia que permeia o discurso dos professores e que reforça a ideia de não reconhecimento do racismo é a atribuição a causa das discriminações existentes entre os alunos às questões socioeconômicas. Os professores ignoram as diferenças étnico-raciais presentes no cotidiano escolar e consideram que a discriminação não estaria voltada à cor de pele e sim ao pertencimento social. Nesse ponto, eles deixam de reconhecer sua responsabilidade e culpabilizam as famílias, fazendo-as responsáveis pelas situações de conflitos e comportamentos inadequados das crianças. Observa-se ainda que, ao atribuir as causas a questões econômicas ou à problemas familiares, desvincula a escola desse processo e não reconhece a função social desta de respeitar a diversidade e de combater o racismo (Santos, 2005).

A negação do racismo no ambiente escolar também foi foco de discussão na pesquisa de Riedemann e Stefoni (2015) sobre a compreensão do mesmo em uma escola chilena que conta com alunos afrodescendentes, imigrantes do Haiti. O estudo foi realizado com professores, alunos e direção da escola, utilizando a técnica do grupo focal. A maioria da comunidade escolar em questão negou a existência de racismo em sua escola, com o reconhecimento de poucos membros. Os discursos emergidos das entrevistas e grupos focais foram divididos em: negação direta, quando o discurso é de negação completa do racismo e é justificado pela importância do trabalho realizado para respeitar a todos; a negação de uma intencionalidade racista, quando as discriminações são reconhecidas como brincadeiras e não têm uma intensão racista; mitigação, quando se referem a episódios isolados ou apenas uma ocorrência e inversão do racismo, quando são considerados exageros ou percebe racismo onde não existe.

Os dados apresentados nessa pesquisa demonstram as consequências negativas do racismo e da negação deste no espaço escolar, principalmente para os alunos negros. Em consequência disto, é preciso pensar em estratégias internas que possam proteger os alunos e evitar consequências tão danosas para o seu desenvolvimento.

Um outro estudo (Serrano-Villar & Calzada, 2016) relacionou a identidade étnica como efeito protetor para crianças e jovens latinos. O objetivo foi descrever a identidade étnica de crianças mexicanas e dominicanas e relacionar a identidade étnica a partir dos constructos de auto identificação, constância, conhecimento e preferências, com o funcionamento da criança em casa e na escola. Participaram dessa pesquisa 674 famílias, cujas crianças tinham em média 5 anos. Os resultados demonstraram que 75% das crianças foram capazes de se auto identificarem etnicamente, 27% mostraram conhecimento étnico e 20% expressaram preferências étnicas. Além disso, os resultados forneceram evidências da

importância da identidade étnica para as crianças mexicanas e dominicanas a partir de 4 anos de idade e os constructos de conhecimento étnico e constância foram associados a um melhor funcionamento da criança em casa e melhores desempenhos escolares.

Diante da realidade apresentada nesse tópico, será que é possível responder se as escolas brasileiras promovem a diversidade e o respeito às diferenças dos diversos grupos raciais, considerando e discutindo o racismo e outros aspectos raciais no ambiente escolar?

Fica claro, através dos estudos representados, que a escola, enquanto instituição, precisa considerar a pluralidade cultural existente no seu espaço educacional para que ela possa atender a uma sociedade plural, sem desconsiderar ideais deste ou daquele grupo. As questões que envolvem o negro na escola, como a valorização e o respeito à sua cultura, a diversidade e representatividade nos livros didáticos, o respeito e a não tolerância a práticas racistas na escola, se negligenciadas, podem contribuir, além do sofrimento dos alunos negros, para o aumento da exclusão em outros espaços sociais.

Nesse contexto, o que seria necessário, portanto, para mudar essa realidade discriminatória nas escolas brasileiras? Para começar a responder a essa questão, será apresentada, no tópico seguinte, a legislação brasileira que contempla as questões raciais e como ela pode contribuir para esse processo.

Racismo e educação: aspectos legais sobre as questões raciais e a escola

No Brasil, os dados disponíveis para analisar os níveis educacionais atingidos pela população negra ainda são pouco substanciais para caracterizar os efeitos cumulativos da discriminação racial na educação formal. Mas, segundo dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), em 2017, 11,5 milhões de pessoas ainda não sabiam ler e escrever. A incidência desses dados chega a ser mais que o dobro, quando se comparam os

resultados entre pretos e pardos (9,3%) e brancos (4%) (PNAD, 2017). A realidade do nível superior chega a ser ainda mais discrepante e as diferenças de oportunidades se tornam mais acentuadas. Para a realidade educacional brasileira, possuir a cor de pele branca significa ter 14% mais de chance de concluir o ensino superior.

Considerando que um dos papéis da educação é permitir a mobilidade social, os dados apresentados anteriormente nos fazem refletir se essa mobilidade está garantida e é acessível a todos os grupos sociais. Historicamente, a educação sempre apareceu como opção para a resolução dos graves problemas sociais e, após a Segunda Guerra Mundial, a educação foi utilizada como chave para tentar resolver a situação do racismo, pois se acreditava que este era fruto da falta de informação e conhecimento. Nesse caso, a educação ganhou um papel fundamental e foi atribuído à escola o papel de esclarecimento, acreditando que, dessa forma, era possível combater o racismo (Pereira, 2001).

É sabido que somente o esclarecimento e o acesso à informação a respeito da diversidade cultural estão longe de combater o racismo e de permitir a mobilidade social através da educação. A Constituição Brasileira garante a universalidade do direito à educação e a obrigação do estado em garantir esse direito. Além disso, o princípio da dignidade da pessoa humana, no art. 3º da referida Constituição, repudia qualquer forma de discriminação, deixando muito claro que, em qualquer ambiente social, como também na escola, é preciso acolher as diferenças étnicas, de raça e de sexualidade. Em contrapartida, como se pôde observar no tópico anterior, o sistema educacional brasileiro está repleto de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que trazem prejuízo para o desenvolvimento de alunos, principalmente os negros (Cavalleiro, 1998).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prioriza a igualdade e a proteção das crianças e adolescentes e assegura, no art. 53, que o acesso à educação e a permanência na

escola têm que ser em condições iguais para todas as crianças e adolescentes, bem como todas elas têm o direito de serem respeitadas por seus educadores. É compreensível que existam diferenças dentro do ambiente escolar, mas é preciso que os mecanismos legais que possam assegurar uma educação de qualidade correspondente ao ideal de educação garantido por direito pela Constituição Federal (Brasil, 1988; Brasil, 1990)

É nessa esfera de garantia dos direitos e de valorização da diversidade étnica e cultural que surgiu a Lei 10639/03 que alterou a Lei 9.394, de 20 novembro de 1996, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". O conteúdo programático incluiu o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003). Além disso, a lei 10639/03 incluiu o Dia da Consciência Negra no calendário escolar, comemorado no dia 20 de novembro. A abordagem dessa data no ambiente escolar, assim como o 13 de maio, traz em si grandes questionamentos sobre a efetividade da lei que, a depender de como serão abordadas as temáticas dos negros nessas festividades, poderão se resumir a um cumprimento obrigatório que podem gerar ainda mais naturalizações e tornar a lei ineficaz (Macêdo, 2016).

Entende-se que a lei 10639/03 deve ir além das datas comemorativas, pois deve construir uma educação das relações étnico-raciais que possibilite aprendizagens entre brancos e negros, troca de conhecimentos e a construção conjunta de uma sociedade justa e igual (Brasil, 2004). A lei precisa cumprir seu papel de, através da educação, reparar os danos históricos para com os negros e promover igualdade de identidades e de direitos no Brasil. Não é demais afirmar que, trabalhar com essas dimensões é muito maior do que transformá-

las em conteúdos ou temas transversais, é perceber como esses processos estão presentes e se manifestam na esfera social e na escola (Gomes, 2005).

De acordo com o já exposto, compreende-se que a escola precisa avançar enquanto instituição e, para isso, precisa ampliar o processo educacional e entendê-lo de forma a contemplar outras dimensões, como ética, diversidade, identidade etc. A ênfase escolar dada à aquisição de saberes e conteúdos tem que dar espaço ao humano, constituído de diferenças, emoções e valores. Por sua vez, as legislações demonstram, através de sua amplitude, que a questão racial deve passar pela ação docente, gestão escolar, currículo, projeto político e pedagógico da escola (PPP) e ser refletida em todos os momentos educacionais. Da mesma forma, o tema precisa estar presente na formação de professores, acompanhado de exemplos de práticas concretas que possam possibilitar uma mudança real de valores e novas práticas pedagógicas. Quanto aos materiais didáticos, analisar o material existente ou ler novos documentos sobre diversidade, não é suficiente, é preciso refletir sobre os valores que estão por trás do material, para, enfim, construir novas práticas (Gomes, 2005; Macêdo, 2016).

Dessa forma, é preciso reconhecer que a legislação é apenas o ponto de partida para o reconhecimento do racismo e de suas consequências para todo o processo educativo. A Lei precisa ser acompanhada de investimentos que possam permitir a construção de materiais didáticos coerentes com a realidade racial e disponíveis para rede pública de ensino. Além disso, é necessária uma política de formação para as relações étnico-raciais que possa promover mudanças substanciais no fazer educacional e, consequentemente, nas novas gerações. No tópico seguinte, continuaremos a refletir sobre como mudar essa realidade discriminatória nas escolas brasileiras, bem como entender qual a função da escola no enfrentamento do racismo.

A função da escola no enfrentamento ao racismo

A escola brasileira cumpriu, por muito tempo, a sua função de transmissora de conteúdos historicamente acumulados que eram trabalhados separados da realidade social brasileira. Dessa forma, não era considerada a competência escolar discutir temas relacionados à formação humana, incluindo as questões raciais. Considerando que a escola é um importante agente de socialização, ela deve estar comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais que possibilite o processo de desenvolvimento do indivíduo como um modelo aberto, de modo a contemplar diferenças culturais e étnicas enriquecedoras para o tecido social. Mas já foi visto que o modelo educacional no Brasil não é tão inclusivo assim e não consegue garantir que, através da escola, todos tenham igualdade de oportunidades (Gomes, 2005; Lopes, 2005).

Nesse panorama, para que a escola possa cumprir sua função social de enfrentar o racismo em seus espaços é preciso que conheça e adote estratégias que possibilitem mudanças reais no quadro atual. Nessa perspectiva, Ulger et al. (2018) realizaram uma revisão meta-analítica que teve por objetivo identificar as características dos programas de intervenções bem-sucedidas realizadas nas escolas e avaliar sua eficácia para melhorar as atitudes entre os grupos. Foram analisadas 50 intervenções, das quais fizeram parte 7005 estudantes em idade escolar. Os resultados demonstraram que as intervenções que utilizaram estratégias de contato entre os grupos foram altamente eficazes, sendo os estudantes do Ensino Médio os mais beneficiados, em comparação com as séries menores. Por outro lado, não se mostraram eficazes as intervenções que foram conduzidas por professores, ao se comparar com as conduzidas por pesquisadores externos e também não tiveram resultados positivos aquelas que eram realizadas em um único momento (Ulger et al., 2018).

O enfrentamento ao racismo é uma questão de interesse mundial e as estratégias para a redução do preconceito aparecem em estudos realizados em diversos contextos. Um

exemplo disso é o estudo realizado no contexto do conflito israelense-palestino que se propunha a reduzir o preconceito e a promover atitudes positivas entre crianças do Ensino Fundamental. A proposta do citado estudo foi aplicar o Extendend Class Exchange Program (ECEP), uma versão estendida e aperfeiçoada do anterior (CEP). Trata-se de um programa que incorpora os 3 elementos mais utilizados nos modelos de redução de preconceito: contato, informação e desenvolvimento cognitivo. O programa foi aplicado em 4 escolas (2 palestinas e 2 judaicas) para 322 alunos. Os resultados mostraram que o programa foi eficaz na redução de estereótipos, sentimentos negativos e tendências discriminatórias em relação às crianças de outro grupo étnico. O tamanho do efeito foi considerado médio e os resultados benéficos puderam ser generalizados para um terceiro grupo étnico, os etíopes, com um tamanho de efeito um pouco menor (Berger et al., 2016).

Esses dados apresentam estratégias e possibilidades que podem ser desenvolvidas na escola com a finalidade de reduzir o racismo e combater a manifestação do preconceito entre os grupos sociais. Outras possibilidades para esse enfrentamento perpassam pelos fundamentos da educação e pela forma como as questões sociais e de raça irão percorrer o fazer educacional.

O autor Glass (2012), definiu cinco posições sobre as questões de raça e racismo com o objetivo de contribuir para um engajamento mais profundo nas lutas internas e externas para a superação do racismo. A primeira posição é sobre a supremacia racial a qual afirma que a superioridade de uma raça sobre a outra está fundada em algumas características biológicas das pessoas. A cegueira racial ignora a raça e defende que, dessa forma, está garantindo os direitos individuais e não de grupos. A terceira posição é a sensibilidade racial que reconhece a importância social da raça, mas considera que as pessoas devem ser tratadas de maneira igual com justiça e responsabilidade (Glass, 2012).

As últimas posições definidas por autor Glass (2012) estão ligadas à crítica racial e ao antirracismo. Segundo o autor, quanto mais próxima a educação estiver dessas últimas posições, mais próxima estará das lutas de superação do racismo, pois o olhar é diferente, onde as outras posições enxergam raças, a perspectiva racialmente crítica e o antirracismo enxergam processos de formação de identidade.

Nesse sentido, educação racialmente crítica e antirracista tem um comprometimento sério e estratégico de transformar vidas e a sociedade, eliminando o racismo e, para isso, todo o programa educacional deve estar sintonizado com esse processo. Nessa perspectiva, o programa de formação docente deveria promover ambientes de aprendizagem na educação básica de forma a combater o estereótipo racial e proporcionar um currículo relevante às experiências de todos. Para os alunos, estes deveriam estudar a formação racial como um aspecto da produção histórica e os processos que inibem as identidades seriam estudados, revelados e desconstruídos. Sendo assim, a educação antirracista, através da integração dos ambientes de aprendizagens das escolas, universidades e outros processos educativos, ajuda a sociedade a deixar de lado uma política de culpa racial e a se voltar para a responsabilidade em combater o racismo (Glass, 2012).

Ressalta-se aqui que os princípios da educação antirracista são baseados em críticas e em reflexões intensas em relação a ideologias, textos e práticas presentes na escola. O ensino antirracista envolve discussões sobre discriminação e as desigualdades raciais do passado e atuais, apontando as forças que mantêm o racismo. Isto pode aumentar a empatia e desencorajar futuros comportamentos racistas. Dessa forma, é necessário ampliar as discussões sobre raça e racismo para desenvolver uma consciência que vai de encontro às compreensões normais das práticas escolares (Husband, 2011; Levy & Hughes, 2009).

O estudo desenvolvido por Husband (2011) se concentrou em defender a integração da educação antirracista nas aulas de Estudos Sociais nos Estados Unidos para crianças da educação infantil. Segundo o autor, a educação antirracista traria benefícios para as crianças, equipando-as com ferramentas sociais e linguísticas capazes de identificar, desconstruir e contrapor informações raciais enviesadas adquiridas dentro da escola ou fora dela. Além disso, as crianças seriam empoderadas com ferramentas necessárias para responder ao racismo de modo construtivo.

Além da educação antirracista, outra abordagem que se mostrou efetiva na diminuição do preconceito e que pode ser utilizada pela educação é a abordagem multicultural. Essa se direciona para o desenvolvimento de habilidades voltadas para o respeito, a tolerância e a inclusão de aspectos como raça e gênero. Os princípios dessa abordagem retratam que as diferenças entre os grupos sociais têm que ser enfatizadas, mas ensinadas de forma positiva (Rutland & Brown, 2005; Husband, 2011). Um exemplo de aplicação da abordagem multicultural para o ensino da matemática foi o estudo de Trevisan e Dalcin (2014) que investigou as concepções de multiculturalismo veiculadas pelas imagens de duas coleções de livros didáticos de matemática e buscou relacionar essas concepções com o desenvolvimento de uma matemática mais crítica. Os resultados revelaram que 92% das imagens selecionadas para a pesquisa compuseram o grupo das imagens politicamente corretas, o que representa para os autores uma forma ingênua de abordar a diferença. Sobre a concepção que prevaleceu na análise das duas coleções foi o multiculturalismo humanista liberal¹, considerada pelos autores preocupante, pois fortalece a existência de uma igualdade

¹ multiculturalismo humanista liberal apresenta o favorecimento de um discurso de igualdade natural entre as pessoas, partindo-se do princípio de que as diferenças se dão no campo das oportunidades sociais e educacionais (Trevisan e Dalcin, 2014).

natural entre as pessoas e não busca problematizar a questão referente à falta de oportunidades a que estas pessoas estão sujeitas em termos sociais e educacionais.

A escola tem um importante papel no enfrentamento ao racismo e na eliminação das discriminações de qualquer natureza. Assim, através do acesso a conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados e a trocas de conhecimentos entre todos os membros da comunidade educativa, a escola pode proporcionar a conquista de uma racionalidade no que diz respeito às relações sociais e raciais, indispensáveis para a construção de espaços mais democráticos e igualitários.

Sob esse viés, o processo educativo também pode funcionar como uma emancipação dos grupos discriminados e uma via de acesso para o resgate da autoestima das crianças negras, pois pode se tornar um lugar de encontro das diferenças étnicas e de embate, tornando-se um instrumento eficaz para a prevenção do racismo e para a não incorporação do preconceito pelas crianças negras (Brasil, 2004; Menezes, 2003).

Considerações finais

No decorrer deste artigo de revisão, foi possível perpassar pelos principais conceitos relacionados à temática racial, além de poder entender como as relações raciais são compreendidas e manifestadas no espaço escolar, bem como a função da escola no enfrentamento ao racismo. Alguns questionamentos sobre a atuação das escolas brasileiras na promoção da diversidade e a função desta no enfrentamento ao racismo e na discriminação foram feitos no início do presente trabalho.

As discussões desenvolvidas neste artigo mostraram que, para responder positivamente a essas questões, um longo caminho precisa ser percorrido que compreende o reconhecimento do racismo no espaço escolar, passa pela efetivação das legislações que

versam sobre as questões raciais, bem como análise de forma crítica das relações interpessoais e dos materiais que compõem a escola, reconstrução e valorização das identidades raciais, até uma formação que envolva o fazer e todos os que fazem parte da escola juntamente com a comunidade.

Diante de tal quadro, enfrentar o racismo implica não tolerar e prevenir atitudes discriminatórias e preconceituosas, considerando que reeducar as pessoas sobre as relações étnico-raciais é uma responsabilidade social, na qual a escola e a educação têm sua parcela de colaboração. Esse processo, para ser realmente efetivo, depende de uma transformação mais profunda na forma como são pensadas as questões raciais e deve compreender todas as instituições sociais. Mas, na escola perpassam também as desigualdades e discriminações presentes e enraizadas em nossa sociedade e o ambiente escolar pode, sim, constituir-se um espaço democrático e contribuir para a transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Espera-se que essa revisão teórica seja uma contribuição para a produção de conhecimento sobre as questões raciais e a escola, além de ser um suporte teórico para fomentar discussões sobre essa temática, possa sugerir novas práticas pedagógicas, além de suscitar novos estudos e intervenções que favoreçam, cada vez mais, aproximar as escolas brasileiras de um modelo multicultural e antirracista.

Estudo 2

Carvalho, D. M. S., & França, D. X. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola:

uma revisão integrativa *Revista Educação & Formação* (v. 4 n. 12 set/dez 2019)

Resumo

O objetivo deste artigo foi efetuar uma revisão integrativa de literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola. Foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Acadêmicos em Psicologia) e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “racismo”, “preconceito racial”, “escola”, “educação”, “combate” e “enfrentamento”. O banco final foi constituído por 20 documentos e os temas mais frequentes nos artigos foram: Lei 10.639/03 e formação docente. Foi constatada pouca produção acerca de temas relacionados a questões raciais e educação infantil. Com relação ao enfrentamento, a maioria dos artigos enfatizavam a importância da formação docente e a Lei 10.639/03 como estratégias para o combate do racismo na escola. Foi verificado que os estudos sobre essa temática precisam se expandir, pois as discussões são importantes para aprofundar o tema e o compartilhamento dos recursos utilizados podem contribuir para o enfrentamento do racismo na escola.

Palavras-chave: escola; educação; racismo

Abstract

The objective of this article was to perform an integrative review of the literature over strategies for coping with racism at school. A search was led on SciELO (Scientific Electronic Library Online, PePSIC (Academic Periodicals in Psychology) and CAPES Periodicals, using the descriptors "racism", "racial prejudice", "school", "education" and "coping". The final bank was composed by 20 documents and the most frequent themes in the articles were the Law 10.639/03 and teacher training. It was found a low production on themes related to racial issues and early childhood education. In regard to the confrontation, most articles emphasized the importance of teacher training and of the Law 10.639/03 as strategies for coping with racism at school. It was also verified that the studies on this theme need to expand, for the discussions are important to deepen the issue, besides the sharing of resources used can contribute to coping with racism at school.

Key words: racism, school, education

Resumen

El objetivo de este artículo fue efectuar una revisión integrativa de literatura sobre las estrategias de enfrentamiento del racismo en la escuela. Se realizó una búsqueda en las bases de datos SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Académicos en Psicología) y Periódicos CAPES, utilizando los descriptores "racismo", "prejuicio racial", "escuela", "educación", "combate" y "enfrentamiento". El banco final fue constituido por 20 documentos y los temas más frecuentes en los artículos fueron: Ley 10.639/03 y formación docente. Se constató poca producción acerca de temas relacionados a cuestiones raciales y educación infantil. Con respecto al enfrentamiento, la mayoría de los artículos enfatizaban la importancia de la formación docente y la Ley 10.639 como estrategias para el combate del racismo en la escuela. Fué verificado que los estudios sobre esta temática necesitan expandirse, pues las discusiones son importantes para profundizar el tema y el compartir los recursos utilizados pueden contribuir al enfrentamiento del racismo en la escuela.

Palabras clave: racismo, escuela, educación

Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa.

Strategies for coping with racism at school: an integrative review

Estrategias de enfrentar el preconceito en la escuela: una revisión integrativa

No Brasil, a exclusão escolar atinge níveis alarmantes. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) (2016), no Brasil, 2.802.258 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola. Sabe-se também que esta exclusão afeta principalmente crianças provenientes de camadas mais vulneráveis da população e que já são privadas de outros direitos constitucionais. Isso se torna claro ao refinar essa amostra para raça e cor da pele, neste caso, 64% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos que estão fora da escola, são pretas e pardas e 36% são brancas. Esses dados se tornam ainda mais graves com o aumento da faixa etária e da escolaridade, pois segundo o Censo Demográfico, somente 4,34% da população negra entre 15 e 24 anos possuem o ensino superior completo (IBGE, 2010)

As políticas de educação brasileiras ainda têm sido insuficientes para enfrentar as desigualdades raciais que marcam historicamente o acesso, a permanência e à aprendizagem das crianças e adolescentes negros nas escolas brasileiras. Além disso, a trajetória escolar desses alunos, durante esse longo período de escolarização é igualmente preocupante. Esse fato não se refere aos alunos e alunas negras em que as condições econômicas familiares não permitam esse acesso ou os façam desistir durante o percurso. Refere-se aos que continuam lá, nas escolas brasileiras, e que lutam todos os dias para serem iguais e terem as mesmas chances de qualquer outra criança, enfrentando todos os dias o preconceito pichado nas paredes da escola ou escondido entre seus muros.

Preconceito consiste em uma atitude hostil que pode ser direcionada a um grupo como um todo ou a uma pessoa em função da sua pertença a um grupo social (Allport, 1971).

Fica claro, a partir da definição acima que o preconceito está ligado a grupos sociais e mais ainda, aos grupos socialmente desvalorizados. No caso do racismo, um indivíduo ou toda uma categoria social é definida como diferente e por isso, é discriminado ou excluído baseado em alguma marca física externa a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna (Lima & Vala, 2004).

A manifestação discriminatória dentro do processo educativo tem gerado uma série de agressões físicas e simbólicas que acarreta sofrimento no cotidiano dos alunos, principalmente dos negros. A escola, que é um dos lugares fundamentais para a construção da identidade do indivíduo, acaba funcionando como mais um lugar onde o preconceito e a discriminação é desenvolvido e alimentado (Ferreira & Camargo, 2011).

Muitos pesquisadores têm se preocupado com as relações existentes no dia a dia escolar e suas consequências para os envolvidos. Cavalleiro (1998), em sua pesquisa sobre racismo e preconceito na educação infantil, traz dados sobre aspectos recorrentes que acontecem no ambiente escolar como a não existência de cartazes nos espaços de convivência da escola que possam expressar a diversidade das crianças brasileiras, no que se refere a cor de pele. Ou por exemplo, o tratamento diferenciado ao expressar afeto por parte dos professores para seus alunos. Esse aspecto também foi evidenciado no relato da professora Ligia na pesquisa de Ferreira e Camargo (2011), que ao expressar sua experiência escolar como aluna negra, traz a sensação que ela tinha de que nunca conseguiria aprender e as lembranças de que nunca teve o carinho dos professores da educação infantil que as alunas brancas tinham.

Apesar de conseguirmos observar claramente o racismo presente nos dados das pesquisas citadas, ele ainda é negado no discurso brasileiro, inclusive no discurso escolar. Isso fica claro ao analisar os resultados de pesquisa sobre a concepção dos professores a

respeito da manifestação do racismo nas escolas em geral e nas escolas onde atuam. É possível perceber que, quando questionados sobre o preconceito racial, os professores negam ou consideram um problema do outro, defendendo que na sua escola não existe racismo (Feitosa dos Santos, 2014). A negação do racismo tem uma dimensão individual, como também social, pois quem nega a prática racista não se preocupa somente em não parecer racista, mas em defender a imagem de seu endogrupo de que “não somos racistas” (Riedemann & Stefoni, 2015).

O reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que estas práticas refletem uma ideologia maior que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros (Riedemann & Stefoni, 2015). É preciso acabar com o discurso de que não é competência escolar discutir questões ligadas à formação humana, incluindo nelas as questões raciais, pelo contrário, o tema precisa estar presente desde a formação de professores. A escola é responsável pelo enfrentamento do preconceito nos seus espaços e isso só é possível com a adoção de mudanças concretas que possibilitem o surgimento de novos valores e a construção de novas práticas (Gomes, 2005).

A união de estratégias utilizadas pela educação com estudos e pesquisas da psicologia proporcionaram a testagem de várias intervenções a fim de verificar qual seria a mais efetiva na diminuição do preconceito em crianças. Foram utilizadas quatro abordagens de diminuição do preconceito com 621 crianças de 5 a 11 anos de 22 escolas de Kent, com o objetivo de testar as mudanças referentes às atitudes das crianças para com os deficientes e refugiados. Todas as intervenções utilizaram as quatro abordagens de forma intercalada, sendo elas: a abordagem multicultural, a color-blind, a abordagem de grupos comuns e a educação contra estereótipo, e os resultados foram avaliados e comparados. A abordagem

que se mostrou mais efetiva foi a multicultural, esta, chama a atenção para as diferenças entre os grupos sociais, mas apresenta as diferenças como sendo positivas. Dessa forma, essa abordagem acredita que o preconceito será reduzido se as crianças forem ensinadas sobre a diversidade de uma forma positiva. As intervenções realizadas nesta pesquisa citada com as crianças, utilizaram as abordagens teóricas através de técnicas de leitura de histórias (Rutland & Brown, 2005).

Ainda sobre estratégias que poderiam ser utilizadas para a diminuição do preconceito, uma meta-análise de mais de 500 estudos foi realizada para tentar responder à pergunta de como o contato intergrupar poderia reduzir preconceitos. Foram testados três mediadores mais estudados relacionados ao contato: o conhecimento sobre o grupo externo, a redução da ansiedade pelo contato intergrupar e o aumento da empatia proporcionada pelo contato. Os resultados mostraram que o conhecimento sobre o outro grupo não demonstrou ter efetividade na diminuição do preconceito, ao contrário da redução da ansiedade, que por muitas vezes acompanhar a iniciação da interação entre os grupos, permitiu uma redução significativa do preconceito (Pettigrew e Tropp, 2006).

Qual seria então o papel da escola no combate ao racismo? Que estratégias estão sendo utilizadas para o seu enfrentamento no espaço escolar? A realidade dos dados apresentados nesse artigo torna claro que a escola precisa assumir sua função social de combate ao racismo. Dessa forma, surge a necessidade de conhecer os recursos que estão sendo utilizados pela educação e pela escola para o enfrentamento do preconceito e do racismo, de forma a estimular mais publicações na área para que estas possam contribuir com ações efetivas de combate ao racismo na esfera escolar e educacional.

O presente artigo se propõe a efetuar uma revisão integrativa de literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola. Por ser uma forma de pesquisa que utiliza

a literatura como fonte de dados, a revisão integrativa pode facilitar no levantamento dos recursos estão sendo utilizados pela escola para o enfrentamento do racismo. Esse tipo de investigação foi escolhido porque busca reunir evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção ou mapear conhecimentos sobre um tema e são úteis para integrar informações sobre estudos realizados, auxiliando profissionais a se manterem atualizados, facilitando as modificações da prática cotidiana como consequência da pesquisa (Roman & Friedlander, 1998)

Esse tipo de pesquisa se faz necessário pois não foram encontradas, nas bases de dados analisadas e em outras buscas, revisões que integrem aspectos de combate ao racismo pela escola ou educação. E embora no Brasil esteja havendo iniciativas interventivas no sentido de enfrentar e combater o racismo na escola, não tem havido uma sistematização desses estudos. De modo que, pouco se sabe sobre o que tem sido feito por pesquisadores individuais, esse estudo possibilita essa sistematização. Acredita-se que este artigo possa contribuir, ao reunir as principais estratégias encontradas na literatura, com a ampliação do debate acerca da temática racial e, sobretudo, favorecer às escolas colocarem em prática o grande desafio de mudar suas práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Método

O presente estudo busca realizar uma revisão integrativa da literatura que relacione estratégias de enfrentamento do racismo utilizadas pela escola ou educação. A revisão integrativa é um método que sintetiza resultados de pesquisas sobre um determinado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada, objetivando contribuir para o conhecimento desse tema (Roman e Friedlander, 1998).

Para atender o objetivo do estudo foi realizada uma busca nas bases dados SciELO (Scientific Eletronic Library Online), PePSIC e no Portal de periódicos da CAPES. A consulta foi realizada a partir dos termos de busca com operadores booleanos “(racismo OR preconceito racial) AND (escola OR educação) AND (combate OR enfrentamento). Como o interesse desta revisão foi conhecer os recursos que estão sendo utilizados para o enfrentamento do racismo na escola, optou-se por não delimitar na busca o período de publicação. Assim, para não haver o risco de excluir estudos importantes em virtude apenas da data de sua divulgação, foram incluídos todos os trabalhos publicados até setembro de 2018, quando a busca foi realizada.

O levantamento das publicações com os termos booleanos gerou um total de 331 documentos (SciELO: 12, PePSIC: 0 e periódicos da CAPES: 319). Na primeira triagem, a qual tinha por objetivo excluir os trabalhos duplicados entre as bases, foram excluídos 7 trabalhos, restando um total de 324 documentos. Em seguida, foi feita uma seleção a partir do título da publicação e dos seus respectivos resumos na busca de estudos que se enquadrassem nos critérios de inclusão estabelecidos, que foram: (1) ter como tema principal o racismo ou o preconceito racial e (2) estar relacionado à área da educação ou ter relação com a escola. Dos 324 documentos restantes, 290 não atenderam aos critérios de inclusão, restando nesta etapa, 34 documentos.

Os textos completos das 34 publicações selecionados foram recuperados e submetidos a uma nova seleção, a partir de critérios de exclusão, sendo eles: (1) não trazer uma proposta de combate ou enfrentamento ao preconceito e (2) não ter o texto completo disponível na internet. Nesta seleção, 14 atenderam aos critérios de exclusão, destes, 2 não tinham o texto completo disponível na internet e 12 não traziam uma proposta de combate ou enfrentamento ao preconceito. Restaram, portanto 20 publicações, que compuseram o banco final de análise desse estudo e seus principais dados estão resumidos no quadro 1. É

importante frisar que todas as publicações encontradas a partir das estratégias metodológicas foram artigos científicos, as teses e dissertações não atenderam aos critérios de inclusão e, portanto, não fizeram parte do corpus final desse estudo.

Os resultados seguintes serão apresentados, no primeiro momento, de forma descritiva, tendo como base a análise de elementos relativos ao ano de publicação dos trabalhos, periódicos responsáveis pelas publicações, natureza dos estudos e o público alvo. No segundo momento, serão analisados os dados dos conteúdos dos artigos científicos, através das suas temáticas e estratégias de enfrentamento apresentadas.

Resultados

Análise descritiva do corpus investigado

A publicação de trabalhos que relacionam a temática do racismo e escola, por via de estratégias de enfrentamento, teve início em 2003, dentro dos critérios especificados neste estudo. Apesar de terem sido encontrados artigos sobre a temática publicados em anos anteriores, eles não traziam uma proposta de enfrentamento ao problema do racismo na escola e, portanto, não foram incluídos na revisão. A partir dessa data, o número de publicações não seguiu um padrão linear ao longo dos anos. Em 2008, a área atingiu o número máximo de trabalhos sobre o tema publicados em um único ano (quatro) e, somente em 2017 chegou-se novamente a esse número de artigos com essa temática publicados em um ano. A lista do ano de publicação dos artigos bem como seus temas e objetivos também podem ser observados no quadro 1.

Os 20 trabalhos encontrados neste estudo foram publicados em 19 revistas diferentes, sendo que, apenas duas são editadas no exterior. Com relação ao idioma, o artigo de Rodrigues et al. (2007) foi publicado em espanhol, o de São Paulo (2010) em inglês e os outros 18 em português. A maioria das revistas (18) publicou apenas um artigo sobre o tema,

somente uma, Revista de estudos feministas, publicou dois artigos do presente corpus analisado. Apesar de a grande maioria dos trabalhos terem sido publicados em periódicos diferentes, 12 deles foram em periódicos relacionados à educação e tinham em comum a preocupação em incentivar à pesquisa acadêmica, ampliar o debate educacional e socializar o conhecimento produzidos na área de educação. Com relação à natureza dos estudos, pôde-se observar que dos artigos submetidos a análise, 12 deles são teóricos, seis são empíricos e dois trazem uma proposta de intervenção.

Sobre os participantes dos estudos em questão, é preciso ressaltar que os artigos foram selecionados tendo como pré-requisito trazer uma proposta de combate ou enfrentamento às questões étnico-raciais ligada à escola, dessa forma, muitos deles são teóricos e não apresentam participantes. Foi utilizada nessa análise o termo “foco da ação”, ou seja, a que ou a quem se destinam as estratégias sugeridas pelos estudos (ver quadro 1). Os alunos foram o foco de apenas quatro pesquisas, destas, uma se referia à alunos da educação infantil, uma à alunos do ensino fundamental e duas à alunos do ensino médio. O maior número de pesquisas (sete) tinha suas estratégias de combate ao preconceito destinada aos professores. Outras, tinham como foco de ação os livros didáticos (três), o ensino superior (três) e o público em geral (três).

No que diz respeito aos objetivos dos 20 estudos analisados, os artigos apresentaram proximidade em relação a seus objetivos gerais e a seus temas principais. Os temas: o currículo e o ensino no combate ao racismo e formação de professor e relações raciais, apareceram nos objetivos de um número maior de artigos, com um número de cinco artigos em cada tema. A efetivação da Lei 10639/03 apareceu nos objetivos de quatro artigos do corpus analisado. E os temas que trouxeram as contribuições das políticas afirmativas no combate ao preconceito e as expressões do preconceito nos livros didáticos, contemplaram os objetivos de seis estudos, sendo três em cada temática.

Quadro 1- Dados do corpus extraído dos artigos científicos publicados nas bases de dados pesquisadas sobre racismo e escola

Autores	Objetivos	Natureza	Foco da ação	Estratégia de enfrentamento
Valente, 2005	Ação afirmativa, relações raciais e educação básica	Teórico	Alunos da Ed. Infantil e professores	Palestras sob a forma de diálogo participativo e formação de professores
Carvalho; Castro, 2017	Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa	Teórico	Alunos do Ens. Médio	Por meio do currículo, adotar práticas discursivas que permitam a fragilização das estruturas rígidas e tradicionais
Junior, 2008	Educação antirracista e contribuições do ensino de ciências	Teórico	Professores de ciências e alunos	Fazer uma releitura desta Ciência e utilizar o discurso do professor para sublinhar os conhecimentos dos povos africanos.
Abreu; Mattos, 2008	Diretrizes curriculares, relações étnico-raciais e ensino de história	Teórico	Professores de história	Mudanças práticas no ensino de história através das aulas dos professores e projetos.
Rohden, 2009	Formação do professor e combate as discriminações	Empírico	Professores do ensino fundamental	Curso de formação a distância de professores do ensino fundamental.
Santana, 2016	Preconceito, discriminação e os livros didáticos de história	Teórico	Livros didáticos	A inserção de debates acadêmicos nos livros didáticos, incluindo eventos de relevante transformação na história do Brasil.
Aguiar; Piotto; Correa, 2015	Relações étnico-raciais e formação docente	Teórico	Professores e alunos da educação infantil	Formação docente
Rosemberg; Basili; Silva, 2003	Racismo e livros didáticos	Teórico	Livros didáticos	Parâmetros Curriculares Nacionais e o PNLD
Silva; Dias, 2013	O racismo e as contribuições da pedagogia institucional	Teórico	Geral	A utilização dos princípios da pedagogia institucional para o enfrentamento do racismo na escola

Autores	Objetivos	Natureza	Foco da ação	Estratégia de enfrentamento
Trevisan; Dalcin, 2014	Livros didáticos de matemática e multiculturalismo	Empírico	Livro didático	A utilização de imagens nos livros didáticos de matemática que favoreçam a práticas sociais mais tolerantes
Cunha, 2015	Disciplina de história e implementação da lei 10.639/03	Teórico	Professores de história	Utilização de um fato histórico para a implementação da lei 10.639/03
Gomes; Boeing; Alexandre, 2012	Tecnologia da informação e exclusão	Teórico	Geral	Contribuição das T. I. para o combate da discriminação.
Matos; Bispo; Lima, 2017	Educação anti-racista e a lei 10.639/03	Empírico	Estudantes do ensino médio e técnico	Evento anual com produções culturais e apresentações de trabalhos desenvolvidos em sala de aula
Pinto, 2017	Lei 10.639/03 e manifestações artísticas e culturais	Empírico	Participantes do projeto de extensão, alunos e docentes	Produção de materiais bibliográficos, cartilhas, vídeos e um blog e um curso de extensão
Santos; Cavalleiro; Barbosa; Ribeiro, 2008	Ações afirmativas e cotas	Teórico	Ensino superior	Implementação de políticas públicas de ações afirmativas pelo estado.
Weller; Silveira, 2008	Ações afirmativas e cotas	Teórico	Ensino superior	Ações afirmativas e cotas para a entrada no ensino superior por cotas
Orlando; Ferreira, 2014	Diversidade étnico racial e formação de professores	Empírico	Professores de línguas do EF e EM	Formação continuada a respeito dessa temática para os professores.
Moura; Autiello, 2017	Jornal negro na escola e a lei 10639/03	Intervençã o	Alunos do E. fundamental	Utilização do jornal como atividade permanente para a educação das diversidades étnico-raciais
Rodrigues; Guevara; Londoño; Moreno; Rincòn, 2007	Racismo e formação docente	Intervençã o	Professores da educação básica e media	Programa de formação permanente de docentes
São Paulo, 2010	Ações afirmativas, política de cotas	Empírico	Ensino superior	Ações afirmativas e cotas para a entrada no ensino superior

Análise de conteúdo do corpus investigado

Partindo do objetivo do presente trabalho em se realizar uma revisão integrativa de literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola, foi realizada uma categorização fundamentada pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), que possibilitou a construção de categorias a partir do agrupamento das estratégias de enfrentamento obtidas nos artigos selecionados.

Para uma melhor exposição dos resultados encontrados, o conteúdo das estratégias de combate que apareceram nos artigos que compuseram esta revisão foi classificado em cinco categorias: contribuições do currículo e do ensino no combate ao preconceito; expressão do preconceito nos livros didáticos e as estratégias de combate nesse contexto; estratégias de combate embasadas na formação docente; estratégias de combate embasadas nas políticas afirmativas e no sistema de cotas e a implementação da Lei 10639/03 como estratégia de combate.

Contribuições do currículo e do ensino no combate ao preconceito

As possíveis contribuições das diretrizes curriculares e do ensino para o enfrentamento do racismo na escola apareceram em cinco artigos do corpus analisado. Em dois deles: Abreu e Mattos (2008); Carvalho e Castro (2017), se enfatiza a importância das diretrizes curriculares para a valorização da cultura africana e principalmente para o respeito à história de resistência do povo africano. Outro ponto comum nos resultados dos dois trabalhos é o reconhecimento da existência nas diretrizes curriculares de muitas orientações sobre as questões étnico-raciais, mas aparece também a crítica que, para as propostas serem efetivadas na prática, ainda é preciso um longo caminho, pois os autores consideram que somente as diretrizes não são suficientes para erradicar preconceitos.

Os outros três trabalhos também discutem esses aspectos, são eles: Cunha (2015); Júnior (2008); Silva e Dias (2013). Eles estão mais voltados para o combate ao preconceito através do ensino em sala de aula. Nos resultados de Júnior (2008) aparecem sugestões para as aulas de ciências, como exemplos de conhecimentos do povo africano importantes para a ciência, mas não reconhecidos como advindos da África. Exemplos importantes da biologia, como cuidados com higiene, doenças infecciosas e anestesia, bem como exemplos da química e física aparecem no trabalho. No trabalho de Cunha (2015), aparecem sugestões para a disciplina de história e traz a importância em se debater a história da Insurreição de Queimados, importante na resistência contra a escravidão no Brasil e que está fora dos debates das escolas públicas. Já o trabalho de Silva e Dias (2013), traz contribuições da pedagogia institucional na mediação das questões na sala de aula, principalmente nas questões étnico-raciais.

Os artigos que compõem essa categoria discutem a importância de se efetivarem as diretrizes curriculares, bem como trazem aspectos práticos de como combater o preconceito e o racismo através do ensino de várias disciplinas em sala de aula, aprimorando e ampliando os currículos escolares com conhecimentos que fortalecem os aspectos étnicos e culturais.

Expressão do preconceito nos livros didáticos e as estratégias de combate nesse contexto

Uma parte dos trabalhos revisados, três artigos, fazem referência a expressão do racismo e do preconceito nos livros didáticos. Os resultados de dois artigos: Santana (2016); Trevisan e Dalcin (2014), trazem críticas referentes ao racismo que aparecem nos livros didáticos e enfatizam que é preciso ter cuidado com a forma generalizada que os temas aparecem nos livros. Sobre os livros de matemática, os autores Trevisan

e Dalcin (2014) criticam as imagens que deixam transparecer um discurso de igualdade e tolerância que não condiz com a realidade da sociedade.

Essa temática também aparece no trabalho de Rosemberg et al. (2003), que apresenta resultados extraídos de uma revisão de literatura sobre preconceito nos livros didáticos. Os dados retratam que o foco dos estudos sobre os livros didáticos é voltado para o Ensino Fundamental, são raros análises de livros da educação infantil. As disciplinas mais privilegiadas nas análises são história e língua portuguesa e o foco das análises está voltado para o texto e as ilustrações, faltando estudos sobre a recepção dos livros por parte dos alunos.

Os três estudos analisados fazem alusão à expressão do preconceito manifestado através dos livros didáticos e enfatizam a importância de se estar atentos a construção dos livros e materiais pedagógicos, visto que estes são importantes fontes de conhecimento e informação para o desenvolvimento infantil e também um importante aliado no combate ao preconceito.

Estratégias de combate embasadas na formação docente

A importância da formação docente para o enfrentamento do racismo no espaço escolar aparece como temática em cinco artigos dos 20 analisados nesse estudo. O trabalho de Orlando e Ferreira (2014) traz em seus resultados as dificuldades enfrentadas pelos professores ao lidar com a temática étnico-racial. Despreparo, tomada de decisões equivocadas e o argumento de que não tem formação para lidar com esses aspectos na prática, são os resultados encontrados no estudo destes autores.

Outros dois artigos: Rodrigues et al. (2007) e Rohden (2009), têm em comum a preocupação com a formação docente, acreditando ser uma importante aliada no combate ao racismo na escola. Os artigos trazem duas propostas de enfrentamento: um

programa de formação continuada de professores e um curso de formação à distância para professores. Os dados dos resultados versam sobre a melhoria da visibilidade da África depois da execução do programa, vontade de realizar mudanças na própria escola e atenção redobrada à manifestação do preconceito na escola depois do curso realizado.

Os últimos dois artigos que compõem essa categoria trazem narrativas de expressões do preconceito no cotidiano da educação infantil envolvendo questões étnico-raciais. Um deles foi o estudo de Aguiar et al. (2015) que traz dados sobre a observação de estagiários de pedagogia sobre situações de preconceito e discriminação por parte de professores da educação infantil. Comentários sobre as características física dos alunos negros, valorização e comparação das qualidades dos alunos negros e brancos e diferença entre os afetos dispensados aos alunos pela sua cor fizeram parte dos dados coletados pelos estagiários. Apesar disso, os estagiários relataram apresentar dificuldades em reconhecer situações de preconceito e discriminação. O outro artigo de Valente (2005), apresenta dados semelhantes sobre a manifestação de preconceito no contexto da educação infantil. Esse estudo traz uma proposta de intervenção com os alunos da educação infantil para trabalhar o reconhecimento da diferença e inverter o processo que tende ao associar tal reconhecimento aos estereótipos negativos.

Todas as pesquisas elencadas neste tópico retratam a dificuldade dos professores para lidar com as situações de preconceito que aparecem na sala de aula, sendo elas da educação infantil ou de outras séries e por consequência, sugerem que uma importante estratégia para o enfrentamento do racismo e da discriminação na escola é o investimento na formação de professores.

Estratégias de combate embasadas nas políticas afirmativas e no sistema de cotas

Dos artigos analisados nesse estudo, três deles: São Paulo (2010); Santos et al. (2008); Weler e Silveira (2008), discutem as políticas afirmativas e cotas como uma proposta para o enfrentamento do racismo e das desigualdades sociais. Os resultados demonstram a diversidade de opiniões a esse respeito. Os estudantes do estudo de São Paulo (2010) demonstram interesse na implantação dos programas de ações afirmativas, mas não existe concordância em relação as razões e se as medidas resolverão o problema. Já o estudo de Santos et al. (2008) retrata que alguns cientistas também são contrários as políticas afirmativas pois fazem previsão sem fundamento histórico e se afastam da produção de conhecimento fundamentada em pesquisa.

A implementação da Lei 10639 como estratégias de combate

Projetos culturais desenvolvidos na escola são apresentados como estratégias de enfrentamento nos trabalhos de Moura e Autiello (2017); Matos et al. (2017) e Pinto (2017). Os primeiros autores trouxeram a utilização do jornal em ambiente escolar, como atividade permanente para a educação das diversidades étnico-raciais. Os segundos, um projeto anual desenvolvido na escola e promovendo o diálogo entre estudantes, professores e convidados para discutir a temática étnico-racial e difundir a educação antirracista. E o terceiro, um projeto de extensão localizando ações e expressões da cultura afro-brasileira.

Todos os três trabalhos citados acima fazem referência à utilização dessas ideias como efetivação da Lei 10.639 (2003) que incluiu a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. O outro trabalho que completam essa categoria é o de Gomes et al. (2012) que traz como estratégia de enfrentamento, um conhecimento específico da Tecnologia da Informação (T.I), trazendo aspectos relacionados a prevenção e o combate ao racismo através dos avanços tecnológicos.

Discussão

Considerando a importância de estudos que relaciona a temática entre racismo e escola e as contribuições sociais que os resultados desses estudos podem gerar, pode-se afirmar que a quantidade de artigos publicados sobre o tema no país ainda é restrita. Dos 324 artigos não duplicados encontrados inicialmente, apenas 34 diziam respeito ao racismo e estavam relacionados a escola ou a educação. E como o objetivo do trabalho foi efetuar uma revisão integrativa de literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola, quando refinamos a pesquisa para selecionar os artigos que trouxessem uma proposta de enfrentamento ao racismo voltado para essa temática, esse número caiu para 20 artigos. Número este considerado pequeno tendo em vista que não foi delimitado ano para a busca dos artigos. Isso não significa que não houve avanços no combate ao racismo no ambiente escolar e educacional, significa que muitas práticas com essa finalidade estão sendo realizadas sem a pretensão de divulgação e, conseqüentemente, não estão sendo convertidas em artigos científicos, o que dificulta o progresso dos estudos científicos relacionados ao racismo.

Com relação aos participantes dos artigos analisados, que neste estudo chamamos de público-alvo, percebeu-se que dos 20 artigos, os alunos foram o foco de apenas quatro pesquisas, e dentre estas, apenas uma se referia ao público da educação infantil. No Brasil, há pouca produção acerca de temas relacionados a questões étnico-raciais e educação infantil. O estudo de Cavalleiro (1998), por exemplo, sobre racismo e preconceito na educação infantil traz dados sobre aspectos recorrentes que acontecem no ambiente escolar para as crianças negras dessa faixa etária. Mas, desde essa data, a autora já discutia o fato da pouca publicação de estudos sobre crianças negras na educação infantil e isso não mudou muito com o passar do tempo. Na análise do preconceito nos livros didáticos também encontramos dados parecidos. A revisão

sistemática de literatura de Rosenberg et al. (2003), que analisou a expressão do preconceito em livros didáticos, aponta que o foco das análises para esse tipo de temática são os livros do ensino fundamental, não aparecendo análise em livros da educação infantil. A própria legislação federal (Lei 10.639/03) que alterou as propostas curriculares para o enfrentamento do preconceito e discriminação raciais foram dirigidas para o ensino fundamental e médio, negligenciando a educação infantil desta obrigatoriedade.

Quando o corpus do estudo em questão foi dividido pelas suas temáticas, pôde-se observar que 20% dos artigos enfatizavam a importância da formação docente como principal estratégia para o enfrentamento do racismo na escola. Gomes (2005), também reforça a importância de as questões raciais serem discutidas dentro da escola e estar presente na formação de professores. Mas, além disso, a autora enfatiza que essa discussão tem que estar acompanhada da adoção de novas práticas, possibilitando mudança de valores.

Nos resultados apresentados na categoria “formação docente” aparece o despreparo dos professores para lidar e identificar as questões raciais na escola e as estratégias sugeridas pelos estudos foram um programa de formação continuada e um curso de formação à distância para professores. Esses dados corroboram com outros estudos que enfatizam a importância do papel dos professores no combate ao racismo e como isso está fortemente vinculado à sua formação enquanto docente. Os cursos destinados à formação de professores estão focados em métodos de conteúdos e estratégias de ensino, reflexos de uma educação acrítica que pode ser observada nas escolas em geral. É preciso que as práticas docentes estejam voltadas para reconhecer à diversidade e enfatizar as diferenças de forma positiva, como se refere a abordagem

multicultural, e que sejam discutidas, ainda na formação docente, intervenções eficazes para a diminuição do preconceito (Rutland & Brown, 2005).

Nos aspectos curriculares e de ensino foi enfatizada a importância de se cumprir as Diretrizes Curriculares e os estudos sugeriram ideias propositivas voltadas a disciplinas específicas de ensino de sala de aula. Essas estratégias demonstram novas práticas pedagógicas incluindo aspectos raciais nas áreas de ciências, história, química e física. A ampliação das áreas de conhecimento contempladas foi importante, pois a lei que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", não define que essa temática está restrita à disciplina de história nem a datas comemorativas. Pelo contrário, os autores sugerem que a questão racial deve passar pela ação docente, gestão escolar, currículo, projeto político e pedagógico da escola e ser refletida em todos os momentos educacionais (Gomes, 2005; Macêdo, 2016).

Outra temática que apareceu em mais 20% da amostra foi o cumprimento da Lei 10.639 (2003). As estratégias de enfrentamento que apareceram nos trabalhos analisados foram projetos culturais, projetos de extensão, um projeto de TI e a circulação de um jornal impresso como atividade contínua para a educação das diversidades étnico-raciais, com vistas a adensar as ações de combate ao racismo e à discriminação na escola. Os projetos culturais e de extensão sugeridos coadunam com a literatura de combate ao preconceito, através desses eventos culturais é possível estreitar o contato entre os diferentes grupos sociais, ampliando o conhecimento a respeito do outro grupo e diminuindo a ansiedade que muitas vezes acompanha a iniciação da interação entre os grupos, como sugerida pelo estudo de Pettigrew e Tropp (2006). O jornal impresso, sugerido como estratégia também pode ser um importante veículo de informação sobre os grupos étnicos e sobre a diversidade. Enfatizar a

diferença de uma maneira positiva através da veiculação do jornal, pode um ótimo instrumento de redução de preconceitos como verificado no estudo de Rutland e Brown (2005).

É preciso considerar, contudo, que os resultados obtidos por esta revisão indicam que os estudos relacionados a temática que relaciona racismo e educação precisam se expandir no nível local e nacionalmente, visto que as informações e discussões são importantes para aprofundar o tema e principalmente divulgar os recursos que estão sendo utilizados para enfrentar o racismo.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo efetuar uma revisão integrativa de literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola. Essa análise proporcionou a verificação do que vem sendo publicado sobre a temática do racismo e do preconceito na área da educação e principalmente que recursos estão sendo utilizados para combatê-lo. Foi possível constatar que formação docente, projetos culturais e artísticos, mudanças curriculares e no ensino e combate ao preconceito nos livros didáticos foram estratégias que apareceram como sugestão dos estudos analisados.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações, como o fato de ter se limitado a apenas três bases de dados e em uma delas não ter encontrado resultados com os descritores utilizados. É importante enfatizar que não foram encontradas, nas bases de dados pesquisadas, revisões de literatura que relacionassem a temática racial e a escola e mais ainda que trouxessem práticas de enfrentamento do preconceito e do racismo neste ambiente. Estudos futuros poderiam aumentar os resultados encontrados, ampliando a pesquisa para sites de educação, escola ou que tratem de questões raciais,

em busca de práticas desenvolvidas por professores que desenvolvem ações antirracistas, mas que não publicam em revistas científicas.

Espera-se que esta revisão seja uma contribuição para aqueles que se interessam pela temática étnico-racial e se preocupam com o que se tem realizado para enfrentar o racismo e preconceito nos espaços escolares e em outros espaços sociais, suscitando novas pesquisas e novas estratégias de enfrentamento.

Estudo 3

A escola no enfrentamento ao racismo: atribuições de responsabilidade e contribuições da comunidade escolar

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar o enfrentamento do racismo na escola a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar. Participaram da pesquisa 153 indivíduos, dentre eles professores e alunos de escolas públicas e privadas e pais de alunos em idade escolar. A pesquisa foi quantitativa e qualitativa, a coleta de dados foi por meio de questionários e a análise dos dados através do programa SPSS e do software IRAMUTEQ. Os resultados demonstraram que os membros da comunidade escolar aqui pesquisados, atribuíram maior responsabilidade de enfrentar o racismo na escola aos pais e em segundo à direção escolar. Os professores observaram episódios de racismo com maior frequência comparado aos pais e aos alunos, mas não se sentiram os principais responsáveis pelo enfrentamento. De maneira geral, os membros da comunidade escolar trouxeram contribuições para o enfrentamento do racismo na escola voltadas para palestras e projetos, educação dos filhos em casa e ajuda aos que sofrem com o racismo. Assim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir com uma maior compreensão sobre a necessidade do envolvimento de cada membro no enfrentamento ao racismo na escola. Por fim, discutem-se os resultados com base na teoria da psicologia social do racismo e estudos sobre racismo no Brasil e apresentam-se as considerações finais.

Palavras-chave: enfrentamento; escola; racismo; responsabilidade.

A escola no enfrentamento ao racismo: atribuições de responsabilidade e contribuições da comunidade escolar

Recentemente, o interesse no enfrentamento do racismo na sociedade tem crescido no Brasil e no mundo (Chauí, 2016; Mallot et al., 2019, Redmond et al., 2014; Werneck, 2016). De forma específica, estudos têm levantado discussões importantes relacionando racismo e educação, cujos resultados tem indicado formas de enfrentamento que enfatizam a importância da escola nesse processo (Araújo & Braga, 2019; Moura & Atiello, 2017; Munanga, 1988).

Nesse contexto, as estratégias de enfrentamento estão direcionadas para os professores, ressaltando a importância da formação destes voltadas para a diversidade cultural, para uma melhor atuação juntamente com os alunos (Aguiar et al., 2015; Valente, 2005; Yu, 2012); para a gestão escolar (Araújo & Braga, 2019; Macêdo, 2016) e para os alunos, estimulando o contato inter-racial entre eles e transformando-os em atores importantes no combate ao racismo (Ferreira, 2012; Pettigrew & Tropp, 2006; Valente, 2005).

Assim, embora os resultados encontrados indiquem estratégias importantes para o enfrentamento do racismo no espaço escolar, a partir de professores, alunos e gestão escolar, não há ênfase sobre a responsabilidade atribuída a cada um nem a contribuição deles nesse processo.

A partir dessa problemática é possível levantar alguns questionamentos. Qual o papel atribuído à escola no enfrentamento ao racismo e quem são os responsáveis nesse processo? A quem os membros da comunidade escolar (alunos, professores e

pais) atribuem a responsabilidade pelo enfrentamento do racismo na escola? Quais as sugestões e contribuições da comunidade escolar para esse enfrentamento?

Responder essas perguntas está intimamente relacionado com o fazer educacional dos dias atuais e deixa seu impacto desde a formação de professores até o papel desempenhado por eles em sala de aula. Os cursos de formação docente estão voltados para métodos de conteúdo e preparação dos alunos para o trabalho e pouco envolvem os futuros professores em reflexões críticas sobre o racismo e outros fenômenos sociais presentes em nossa sociedade (Yu, 2012).

É importante assinalar que as consequências dessa carência de reflexões sociais e críticas durante a formação docente aparecem nos relatos dos professores que não se sentem preparados para lidar com as questões raciais na escola. Assim, ratificando o que aparece em vários estudos, esse despreparo traz consequências, como: não intervir em práticas racistas ocorridas dentro da escola por não reconhecê-las como tais ou minimizá-las; cometer atitudes racistas e discriminatórias, seja diferenciando seus alunos ou através de atitudes e verbalizações; não incluir, em suas práticas educativas, conteúdos que ampliem o conhecimento cultural e formação crítica dos alunos (Carneiro, 2011; Cavalleiro, 2005; França, 2017; Santos, 2005).

Quando se fala sobre combate a práticas racistas dentro da escola, além dos docentes, os alunos aparecem também como parte fundamental desse processo. A grande maioria dos estudos que analisam o racismo no espaço escolar trazem dados referentes às consequências deste para a comunidade discente em geral e, principalmente, para os discentes negros (Chagas & França, 2010; Trinidad, 2016).

Dentro desse panorama, chama-se a atenção para o sofrimento pelo qual os alunos negros passam todos os dias, na escola, por serem alvos de chacotas, por não se

sentirem bonitos, por não serem escolhidos por seus colegas, em virtude da sua cor de pele, ou por não sentirem que sua origem cultural é valorizada, fatos que interferem na sua autoestima, trazem consequências para sua vida escolar e refletem em etapas posteriores a ela (Cavalleiro, 1998; Gomes, 2003; Menezes, 2003).

Dessa forma, muitos estudiosos (Carvallo & Pelham, 2006; Crosby, 1984; Tood, 2009) foram além das consequências da discriminação para as vítimas e se questionaram sobre as consequências de se perceber como vítima da discriminação. Sob essa perspectiva, a visão que prevalece é a de que os membros dos grupos vítimas de racismo podem não se perceber, minimizar ou mesmo negar que eles estão sendo alvos de preconceito.

Crosby (1984), em seu estudo sobre discriminação sexual, evidenciou que, embora as mulheres estivessem sendo discriminadas no local de trabalho, em termos de remuneração, e reconhecerem, enquanto grupo, tal discriminação, bem como a sexual, pessoalmente, negavam-na.

Algumas explicações foram consideradas para isso, como evitar a rotulação do tratamento recebido como discriminação, evitar preocupações com auto apresentação e com os custos sociais e riscos de rejeição envolvidos, quando se afirma vítima discriminação (Tood, 2009). Não é demais destacar que o reconhecimento da discriminação está ligado ainda à necessidade de pertencer, de se vincular e de se sentir conectado com os outros. Quanto maior essa necessidade, mais as pessoas minimizam a discriminação sofrida (Carvallo & Pelham, 2006)

O estudo de Husband (2011) vai além das consequências do racismo e retrata um aspecto importante do papel dos alunos no enfrentamento ao racismo, enfatizando os benefícios de integrar o currículo escolar com aspectos de uma educação antirracista

e crítica. Dessa forma os alunos são munidos com ferramentas necessárias para resistir, identificar e responder ao racismo de modo construtivo.

Sabe-se que o processo educativo é bem amplo e faz parte de um projeto maior de desenvolvimento em que os papéis se complementam. Falar sobre o enfrentamento ao racismo na escola é reconhecer que toda a comunidade escolar está envolvida e mais ainda, que isso vai além e extrapola os muros da escola. Sob esse viés, os pais também podem contribuir de forma positiva, analisando a sociedade de uma maneira crítica e atuando na transmissão de informações sobre o preconceito.

A exemplo disso, o estudo de França (2006) mostra a influência da socialização das atitudes e identidades étnicas das mães sobre as atitudes étnicas das crianças. Ao analisar a influência das crenças e práticas educativas das mães e os valores que elas desejam para seus filhos, os resultados mostraram que quanto maior a escolaridade das mães, menor a concordância com ideias inatistas e tradicionais. Esse mesmo estudo demonstra que, com relação às práticas educativas adotadas pelas mães sobre as atitudes raciais das crianças, o uso de uma prática educativa reflexiva somada a uma identidade positiva dessas mães pode ser uma boa forma de seus filhos terem uma atitude positiva em relação à etnia.

Assim, diante das considerações feitas, faz-se a seguinte reflexão: se, para enfrentar o racismo na escola, é preciso envolver toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos, docentes, gestão, a quem se atribui a responsabilidade por esse enfrentamento?

Para estabelecer um norte a tal questionamento, Feitosa dos Santos (2014), em uma pesquisa com 69 professores de Aracaju e Lagarto, observou que os professores atribuem a responsabilidade pela implementação de ações de enfrentamento do racismo ao poder público, pela criação de leis; ao governo, pelo gerenciamento dessas

leis; ao MEC, pois é quem rege a educação no país, e às pessoas discriminadas, através da conscientização de seus direitos. Essas afirmações demonstram que os professores investigados não se sentem responsáveis por tais ações. Além do que os professores investigados consideram que existe racismo no Brasil, mas na escola em que eles (as) atuam não.

Observa-se que, do período em que a referida pesquisa foi realizada até os dias atuais, tem se intensificado a luta antirracista, conforme pode ser constatado através da criação de leis antirracistas; através de pesquisas científicas a nível nacional e internacional que evidenciam efeitos perniciosos do racismo sobre os indivíduos e sobre a sociedade em geral; através, ainda, da difusão de informação pela mídia e pelas redes sociais.

Essa indignação contra atos racistas, pode-se dizer assim, tem reforçado a importância de um enfrentamento ao racismo e, nesse contexto. De fato, é importante verificar se esses eventos sociais produziram mudanças nas opiniões dos professores, além disso, o estudo de Feitosa dos Santos (2014) não investigou os demais membros da comunidade escolar, nem suas expectativas quanto ao desenvolvimento de ações preventivas antirracistas, nem suas possíveis sugestões para contribuir com o enfrentamento do racismo na escola, sendo essas possíveis contribuições desse trabalho.

Espera-se ainda que, por evidenciar possíveis mudanças na visão dos professores, a presente pesquisa possa contribuir incentivando o interesse por investir em prevenção e novas estratégias de enfrentamento tendo como foco os professores e todos os membros da comunidade escolar, enfatizando a responsabilidade e a contribuição de cada um deles nesse enfrentamento.

Dessa forma, o estudo em questão tem por objetivo analisar o enfrentamento do racismo na escola a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar. De forma específica objetiva-se: a) observar a frequência com que os alunos, professores e pais percebem manifestações de racismo nas escolas brasileiras e se os mesmos já passaram por experiências de racismo nesse contexto, b) verificar a quem eles atribuem a responsabilidade de enfrentamento ao racismo na escola, c) verificar se os membros da comunidade escolar consideram importante que a escola desenvolva ações preventivas antirracismo, d) Verificar as sugestões da comunidade escolar para a resolução de situações de racismo na escola, e) Verificar as possíveis contribuições de pais, professores e alunos para o enfrentamento do racismo na escola.

Método

Participantes

Compuseram a amostra desse estudo 153 indivíduos, entre os quais 41 (26,8%) eram professores, 40 (26,1%) pais e mães de filhos em idade escolar e 72 (47,1%) alunos do 9º do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio. Com relação ao gênero e a idade, a amostra de 41 professores foi composta de 35 (85,4%) de mulheres e 6 (14,6%) homens, ambos com idades entre 27 e 55 anos, com média de 39,2 anos. A amostra de 40 pais e mães de alunos em idade escolar foi composta de 37 (92,5%) mães e 3 (7,5%) pais, com idades entre 24 e 55 anos, com média de 39,3 anos. Já na amostra de 72 alunos, 33 (45,8%) eram do sexo feminino e 39 (54,2%) do sexo masculino, com idades entre 13 e 17 anos e com média de 14,3 anos de idade.

Com relação a renda familiar, a amostra total de participantes variou entre 1 e 2 salários mínimos (30,7%), 3 e 4 salários (36,6%) e mais de 5 salários (32,7%). Os

participantes eram residentes das cidades de Aracaju e do interior do estado de Sergipe e tinham algum vínculo com uma escola, podendo ser professores, alunos ou pais. Em relação ao tipo de vínculo com a escola, 87 (56,9%) participantes eram da rede pública e 66 (43,1%) da rede privada de ensino.

Quanto aos aspectos étnicos, foi solicitada a auto avaliação da cor de pele de cada sujeito através de uma escala tipo Likert de 7 pontos, sendo o ponto 1 o tom de pele mais branca e o ponto 7 o tom de pele mais negra. Na etapa de análise dos dados, as opções 1, 2, e 3 foram categorizados como brancos e as opções 4, 5, 6 e 7 como negros. Dessa forma, observou-se que 37,3 % da amostra se autodeclarou branco e 62,7% se autodeclarou negro.²

Instrumentos

A coleta de dados referente ao presente estudo foi realizada através da aplicação de um questionário composto por 15 perguntas, entre as quais 8 eram subjetivas e 7 objetivas, além de um questionário sócio demográfico e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O questionário para os pais, alunos e professores tinha o mesmo formato e conteúdo, iniciando com uma instrução que solicitava a leitura do texto que segue:

Um grupo de adolescentes sentados, em círculo, no pátio da escola conversava e Luís, como sempre, estava no centro das brincadeiras. A camisa do uniforme da escola mudou de cor recentemente e passou a ser preta, desde então as brincadeiras com Luís só pioraram. Antes eram os apelidos que ressaltavam a cor de pele negra do aluno, agora era a camisa que, por ser preta, os colegas viviam caçoando dele dizendo que ele vinha para escola sem camisa. No meio da roda, um colega do grupo levantou, abriu sua mochila, retirou uma camisa branca e jogou no colo de Luís mandando ele vestir para não entrar na sala sem camisa. Todos riram e acharam a brincadeira divertida, até que Luís, furioso, deu um soco no menino e saiu correndo. Todos

² Amostra dos participantes divididos pela cor da pele: Professores (24,4% brancos e 75,6% negros); Pais (47,5% brancos e 52,5% negros) e Alunos (38,9% brancos e 61,1% negros).

ficaram chocados com a atitude de Luís, afinal esse grupo estudava junto há muitos anos e era só uma brincadeira. No outro dia, Luís e seu colega foram chamados pelo diretor, que resolveu ouvi-los para entender qual seria a melhor atitude para resolver a situação.

A percepção de manifestações de racismo nas escolas em geral, foi verificada através da questão: “Episódios como esse, ocorrido com Luís, estão mais para:”. Os respondentes podiam escolher uma das alternativas elencadas, sendo elas: bullying, agressão, brincadeiras comuns entre adolescentes, racismo e outros.

A atribuição de responsabilidade de combater o racismo na escola, foi avaliada através da questão: Marque, na escala abaixo, o nível de responsabilidade que você atribui a cada um dos membros da comunidade escolar, no combate a episódios de contexto semelhantes a este na escola. Os participantes responderam numa escala de sete pontos sendo (1) nada responsável a (7) totalmente responsável, para cada membro: direção escolar, pais, professores e alunos.

A frequência com que pais, professores e alunos observam episódios de racismo nas escolas brasileiras, foi avaliada através da pergunta: Na sua opinião, com que frequência, episódios semelhantes ao de Luís, acontecem nas escolas brasileiras? Os participantes teriam que responder em uma escala que variou de (1) nunca ocorre a (7) muito frequente.

As perguntas subjetivas que compuseram o questionário também se baseavam no texto acima apresentado que discorria sobre um episódio de racismo ocorrido na escola. Para avaliar as atitudes para a resolução de situações de racismo na escola foi feito o seguinte questionamento: Se você fosse diretor (a) dessa escola e recebesse Luís e seu colega em sua sala, que atitude você tomaria para resolver o fato ocorrido?

Também foi verificado a opinião dos participantes do estudo sobre os possíveis encaminhamentos para situações de racismo ocorridas na escola através da questão:

como seriam resolvidas situações semelhantes a essa nas escolas brasileiras? Ainda nas perguntas subjetivas, foi questionado aos participantes se eles já haviam presenciado ou vivenciado episódios de contexto semelhante ao que tinha sido apresentado no texto, solicitando aos mesmos que relatassem o episódio.

Para finalizar as questões subjetivas, foi perguntado sobre as contribuições de cada participante (pai, professor e aluno) para o enfrentamento do racismo na escola através da seguinte pergunta: Indique de que forma você acredita que poderia contribuir para o enfrentamento do racismo na escola.

As perguntas que compõem os dados sociodemográficos estão no tópico descrição da amostra.

Procedimentos

Em observância a legislação em pesquisa com seres humanos, esta pesquisa foi aprovada pela Comissão de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CAAE 10321319.7.0000.5546) (anexo 2) e obteve-se previamente a autorização da coordenação das escolas mediante assinatura de um termo de autorização para realização da mesma.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e maio de 2019, da seguinte forma: Os questionários foram enviados aos professores e pais das escolas em geral, por meio eletrônico, e só puderam ser respondidos e devolvidos para a análise aqueles que autorizaram a pesquisa pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Já o questionário dos alunos foi distribuído diretamente a eles de forma coletiva pela pesquisadora responsável, na escola em que estudam, após autorização dos pais ou

responsáveis e mediante a devolução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos respectivos pais ou responsáveis.

Análise dos dados

A análise dos dados dessa pesquisa (de caráter quantitativo e qualitativo) foi realizada a partir de dois programas. Um deles, o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), foi utilizado para analisar os dados objetivos e os dados subjetivos foram submetidos à análise textual através do software IRAMUTEQ. Os testes utilizados para essas análises foram teste *t*, Teste Qui quadrado e ANOVA.

Resultados

Nesse tópico, serão apresentados os resultados obtidos pelas análises dos dados para o presente estudo. No primeiro momento, serão apresentados os resultados quantitativos que se iniciarão pelas análises relativas à frequência e ao reconhecimento das manifestações de racismo nas escolas brasileiras, por parte dos membros da comunidade escolar e, em seguida, pelas as análises da comparação a respeito da atribuição de responsabilidade no enfrentamento ao racismo. Depois, passa-se às considerações sobre a responsabilidade da escola de enfrentar o racismo e a importância em se promover ações preventivas. No segundo momento, serão apresentados os resultados qualitativos sobre a resolução, encaminhamentos e relatos de experiências do racismo na escola, na perspectiva de pais, alunos e professores.

A percepção de alunos, professores e pais de manifestações de racismo nas escolas em geral

A partir da história problema apresentada anteriormente que relatava um caso de manifestação de racismo explícito praticado por adolescentes na escola, os participantes da pesquisa teriam que marcar a alternativa que mais se relacionasse, na

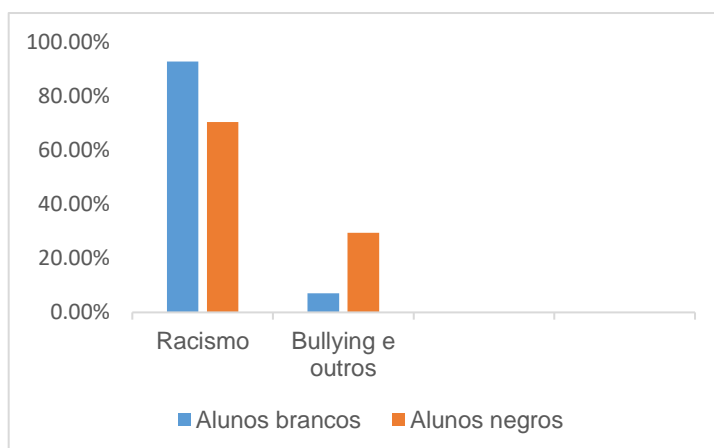
sua opinião, ao episódio relatado. Nesse caso, os participantes escolheriam entre bullying, agressão, brincadeiras normais entre adolescentes, racismo e outros.

Como esperado, o episódio apresentado na história foi confirmado como um episódio de racismo, visto que foi classificado como racismo pela maioria dos participantes aqui considerados, alunos (79.2%), pais (65%), e professores (68.3%). Esse resultado valida as argumentações posteriores analisadas no presente estudo, que consideram a situação como um episódio de racismo. A segunda opção que obteve maior porcentagem depois de racismo foi bullying, considerada por uma parcela de participantes da amostra, sendo 24,4% dos professores, 25% dos pais e 18,1% dos alunos.

Ao refinar os dados, relacionando a percepção de cada participante sobre o episódio, considerando a autoatribuição da cor de pele, a partir do teste Qui Quadrado, pôde-se observar, ao se comparar alunos brancos e negros, que o resultado encontrado se mostrou significativo $\chi^2(8) = 6,51, p = .039$. Observou-se também que 92,9% dos alunos brancos reconheceram a história como um episódio racista e 7,2% consideraram outras possibilidades. Com relação aos alunos negros, 70,5% classificaram a história como racismo e 29,6%, outras opções, ver figura 1. Não foram observadas diferenças significativas ao se relacionar a cor da pele com a classificação do episódio como racismo pelos professores e pais.

Figura 1

Classificação da história problema pelos alunos brancos e negros



Atribuição de responsabilidade dos membros da comunidade escolar pelo enfrentamento do racismo na escola

Para atender esse objetivo, realizou-se um teste *t* de amostras emparelhadas para se analisar atribuição de responsabilidade pelo combate ao racismo, na escola, por pais, alunos, professores e se poder comparar as compatibilidades e divergências entre esses grupos. Os resultados seguem nos tópicos abaixo.

Professores, quem deve enfrentar o racismo na escola?

O grupo de professores do presente trabalho direcionou a responsabilidade de combate ao racismo aos pais ($M = 4,80$ e $DP = 2,6$) e aos alunos ($M = 4,70$ e $DP = 2,13$). Como as médias das atribuições a esses dois grupos foram próximas, não se observou diferença significativa entre eles ($t(40) = 0,72$, $p = .47$). Também não se observou diferenças significativas na atribuição de responsabilidade dos professores a eles mesmos ($M = 4,36$ e $DP = 2,04$) e à direção ($M = 4,36$ e $DP = 2,16$) ($t(40) = 0,00$, $p = 1,0$). Mas, observou-se que os professores consideraram os pais mais responsáveis ($M = 4,80$; $DP = 2,6$) do que eles próprios ($M = 4,36$; $DP = 2,04$) ou do que a direção ($M = 4,36$; $DP = 2,16$) pelo enfrentamento do racismo na escola ($t(40) = 2,41$, $p = .02$).

Alunos, quem deve enfrentar o racismo na escola?

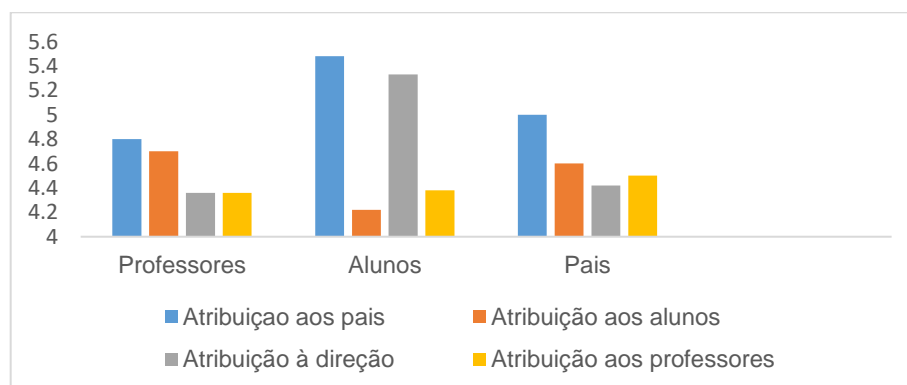
O grupo de alunos aqui estudado não se diferenciou quanto a atribuição de responsabilidade pelo enfrentamento do racismo aos pais ($M = 5,48$ e $DP = 1,95$) e à direção ($M = 5,33$ e $DP = 1,45$) ($t(71) = 0,62$, $p = .53$). Uma menor responsabilidade foi atribuída pelos alunos aos professores ($M = 4,38$ e $DP = 1,81$) e a eles mesmos ($M = 4,22$ e $DP = 2,57$). Também os alunos consideram que os pais ($M = 5,48$; $DP = 1,95$) são mais responsáveis do que eles próprios ($M = 4,22$; $DP = 2,57$) pelo referido enfrentamento ($t(71) = 4,12$, $p < .001$).

Pais, quem deve enfrentar o racismo na escola?

O grupo de pais desse estudo atribuiu a principal responsabilidade de enfrentamento do racismo na escola a eles mesmos ($M = 5,0$ e $DP = 1,92$). Ao grupo de professores, direção e alunos, eles atribuíram uma responsabilidade bem próxima a cada um desses grupos, respectivamente ($M = 4,5$ e $DP = 1,93$; $M = 4,42$ e $DP = 1,89$, $M = 4,60$ e $DP = 1,97$). Ao comparar a média de atribuição dos pais ($M = 5,0$; e $DP = 1,92$) a eles mesmos e aos outros grupos (professores, direção e alunos), todas as comparações foram significativas ($t(39) = 2,50$, $p = .01$; $t(39) = 2,68$, $p = .01$; $t(39) = 2,64$, $p = .01$). As comparações entre os grupos podem ser vistas na figura 2.

Figura 2

Atribuição de responsabilidade pelo combate ao racismo na escola



Frequência de observação de episódios de racismo nas escolas brasileiras

A história que precedia as perguntas do questionário também norteava a pergunta que questionava sobre a frequência com que episódios semelhantes ao ocorrido na história apresentada aconteciam nas escolas brasileiras.

Para atender a esse objetivo realizou-se uma One-Way ANOVA, tomando-se como VI o status ocupado pelo membro da comunidade escolar (Aluno/ Professor/ Pai) e como VDs a percepção dos participantes quanto à: a) frequência com que ocorre episódios desse tipo nas escolas brasileiras, b) responsabilidade da escola em combater o racismo c) a importância da escola na promoção de ações preventivas a situações de racismo.

Os resultados da ANOVA indicaram que o status ocupado pelo membro da comunidade escolar (Aluno/ Professor/ Pai) influencia de modo significativo no grau de frequência com que os participantes observam episódios de racismo nas escolas brasileiras, $F(1,152) = 4.982, p = .008, \eta^2 = .062$. Comparações planejadas indicaram que os professores observam episódios de racismo com mais frequência ($M = 6.78, DP = .52$) que os pais ($M = 6.40, DP = 1.0$), $t(58.39) = 2.12, p = .038$. Ademais, os professores também observam episódios de racismo com maior frequência ($M = 6.78, DP = .52$) que os alunos ($M = 6.09, DP = 1.37$), $t(100.3) = 3.76, p < .001$. Já a comparação entre as médias de alunos ($M = 6.09; DP = 1,37$) e pais ($M = 6.40; DP = 1,0$) não se mostraram significativamente diferentes no tocante à observação de episódios racistas nas escolas ($t(101) = 1,33, p = .18$). Ver figura 3 e 4.

Figura 3

Frequências de observação de racismo na escola

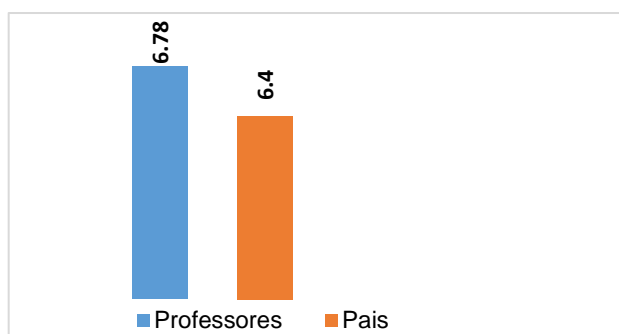
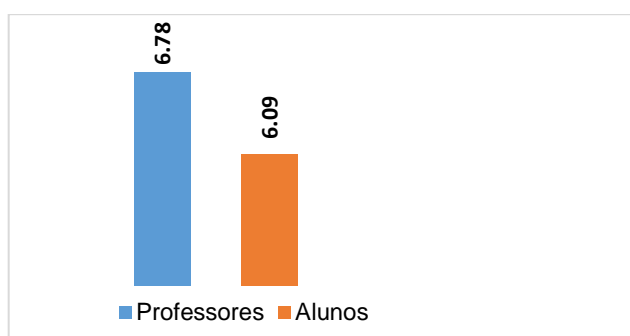


Figura 4

Frequências de observação de racismo na escola



Considerações sobre a responsabilidade da escola em enfrentar o racismo e a importância de se promover ações preventivas pela escola

Com relação a responsabilidade da escola em combater o racismo, não foram verificadas diferenças significativas entre os membros da comunidade escolar $F(2,152) = .31$, $p = .73$, $\eta^2 = .004$. A partir das médias dos participantes da amostra, sendo eles, professores ($M = 5,78$ e $DP = 1,55$), pais ($M = 5,52$ e $DP = 1,69$) e alunos ($M = 5,56$ e $DP = 1,55$), pôde-se observar que os três grupos de participantes foram unânimes em considerar a escola responsável pelo enfrentamento do racismo.

Sobre a importância da implementação de ações de prevenção ao racismo na escola, não foram encontradas diferenças significativas comparando os grupos $F(2,152) = 2.612$, $p = .077$, $\eta^2 = .034$. Esse resultado também demonstra que os participantes da amostra professores ($M = 6,87$ e $DP = 0,50$), pais ($M = 6,95$ e $DP =$

0,22) e alunos ($M = 6,69$ e $DP = 0,78$) consideram que é muito importante que a escola implemente ações de prevenção ao racismo.

Ao observar as diferenças das médias para as duas perguntas, é possível perceber que todos os grupos aqui relacionados, consideram mais importante que a escola implemente ações que possam prevenir o racismo na escola do que consideram que seja responsabilidade da escola combater o racismo. Essas diferenças se mostraram significativas para todos os grupos com $p < .001$.

Esses dados juntamente com as respostas das demais questões objetivas construíram linhas de comando que direcionaram a análise textual das questões que foi realizada com o auxílio do software IRAMUTEQ. Para tanto, optou-se por utilizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que permite a organização dos segmentos de textos (ST) em classes com vocábulos semelhantes e diferentes entre si. Além disso, a CHD também permite verificar a significância do vocábulo em uma classe e visualizar graficamente a relação entre as classes através de dendogramas.

Resolução, encaminhamentos e relatos de experiências do racismo na escola na perspectiva de pais, alunos e professores

Os dados apresentados a seguir se referem a análise textual das questões subjetivas e seguirão a ordem indicada pelos objetivos específicos. Sendo assim, iniciaremos pelas análises relativas as atitudes dos membros da comunidade escolar (pais, alunos e professores) para resolução de situações de racismo na escola bem como a opinião deles sobre os possíveis encaminhamentos dessas situações nas escolas brasileiras. Depois, seguirão as vivências e as experiências de racismo relatadas pelos participantes do estudo e, por último, as contribuições de cada um dos membros da comunidade escolar para o enfrentamento do racismo na escola.

Atitudes para a resolução de situações de racismo na escola

A partir da história problema que relatava um episódio de racismo sofrido pelo aluno negro Luís na escola e que culminava na ida dos alunos envolvidos à sala da direção, os participantes do estudo em questão foram incentivados a assumirem o papel de diretor (a) da escola e a pensarem que atitude tomariam para resolver o fato ocorrido através da pergunta: Se você fosse diretor (a) dessa escola e recebesse Luís e seu colega em sua sala, que atitude você tomaria para resolver o fato ocorrido?

As respostas dos participantes foram analisadas e o corpus geral foi constituído por 152 textos, separados em 169 segmentos de textos (ST) com aproveitamento de 131 segmentos de textos (77,5%). Emergiram 3917 ocorrências de (palavras, formas ou vocábulos), sendo 909 palavras distintas e 545 com uma única ocorrência. O conteúdo foi analisado através da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e foi categorizado em 6 classes que serão detalhadas a seguir:

- Classe 1: Estratégias voltadas para o diálogo e a empatia

Com 22 segmentos de textos, que compreendem 16,79% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “ouvir” ($\chi^2 = 24,6$; $p < .001$); “junto” ($\chi^2 = 31,15$; $p < .001$); “conversa” ($\chi^2 = 16,31$; $p < .001$) e “colocar” ($\chi^2 = 15,21$; $p < .001$). Predominam as evocações do grupo dos pais e mães com 29,63% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 4,01$ e $p = .04$); de pessoas do sexo feminino (22,22% ST, $\chi^2 = 6,0$ e $p = .01$) e de renda familiar maior que 5 salários mínimos (31,82% ST, $\chi^2 = 10,7$ e $p < .001$).

Na análise realizada identificou-se que estão elencadas nessa classe, sugestões para resolver as situações de racismo na escola voltadas para o diálogo e a empatia, se

destacando palavras que estimulam a conversa e o exercício de se colocar no lugar do outro. Isso pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

Ouviria o relato de cada um e em seguida tentaria inverter a posição de cada envolvido, logo após juntos, tentaríamos encontrar uma solução para o problema (participante 124)

Ouviria o depoimento dos dois, discutiria o problema, trataria sobre empatia e após esclarecido, pediria que fizessem uma autorreflexão e se desculpassem. Mostraria que é preciso se respeitarem e que a conversa sempre deve prevalecer a uma agressão (participante 112)

- Classe 2: Chamar os pais para conversar e resolver a situação

Essa classe é composta de 34 segmentos de textos, que compreendem 25,95% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são: “pai” ($\chi^2=35,85$; $p < .001$); “chamar” ($\chi^2=19,63$; $p < .001$) e “suspensão” ($\chi^2=17,37$; $p < .001$).

Observou-se, a partir da análise, que as sugestões que apareceram na classe 2 se direcionam para o papel dos pais na educação dos filhos, incluindo-os na escola para resolução de problemas e para as possíveis punições. Isso pode ser evidenciado no exemplo abaixo:

Conversaria com os dois e chamaria os pais dos alunos para resolver a situação, punição mais severa para o jovem que praticou o racismo e advertência para Luís (participante 136)

- Classe 3: Punição e orientação a não violência

Essa classe é composta de 21 segmentos de textos, compreendendo 16,03% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “punir” ($\chi^2=47,64$;

$p < .001$); “responder” ($\chi^2 = 27,23$; $p < .001$); “não” ($\chi^2 = 15,82$; $p < .001$) e “violência” ($\chi^2 = 15,33$; $p < .001$).

As sugestões para a resolução de situações de racismo na escola que emergiram dessa classe estão voltadas para a punição dos envolvidos no fato ocorrido e orientações sobre a importância em não reagir ao racismo com atitudes de violência e sim procurar os meios legais, bem como a direção escolar. O exemplo da resposta do participante abaixo aparece como representação típica da classe 3.

Puniria os colegas com suspensão e chamaria os pais pois racismo é crime e orientaria a Luís a não responder com atos de violência e sim a diretoria ou um órgão maior como a polícia e fazer denúncia (participante 33).

- Classe 4: Conscientizar que racismo não é brincadeira

Com 18 segmentos de textos, que compreendem 13,74% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “brincadeira” ($\chi^2 = 23,79$; $p < .001$); “tentar” ($\chi^2 = 12,79$; $p < .001$) e “amigo” ($\chi^2 = 11,75$; $p < .001$).

A partir da análise, percebeu-se que estão elencadas, nessa classe, sugestões para resolver as situações de racismo na escola voltadas para a orientação de que os episódios de racismo não são brincadeiras, como é visto na maioria das vezes. No caso da história exemplificada nesse estudo, encontraram-se palavras que se relacionavam à história, como no caso de “amigo”, referindo-se ao garoto que praticou racismo com Luís. Isso pode ser evidenciado no exemplo abaixo:

Questionaria o amigo de Luís sobre a atitude preconceituosa considerada como brincadeira e o faria entender que a brincadeira era de mal gosto, faria o garoto pedir desculpas e entraria em contato com os pais (participante, 114).

- Classe 5: Punição severa para as brincadeiras racistas

Essa classe é composta de 18 segmentos de textos, que compreendem 13,74% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são: “brincadeira” ($\chi^2=12,92$; $p < .001$); “punição” ($\chi^2=10,19$; $p = .001$) e “racista” ($\chi^2=9,45$; $p = .002$). Predominam as evocações do grupo de alunos com 25% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 13,38$ e $p < .001$).

Observou-se que, para os integrantes desse grupo, a punição aparece como principal forma de resolver as situações de racismo na escola. No caso da história em questão, a punição é sugerida severamente para quem praticou “brincadeiras” racistas e também para Luís, que revidou de forma violenta. Isso pode ser evidenciado nas palavras destaque dessa classe bem como no exemplo abaixo.

Daria uma punição mais severa ao menino que praticou a brincadeira racista e uma mais leve a Luís (participante 72).

- Classe 6: Apresentar trabalhos nas salas de aula sobre preconceito

Classe composta por 18 segmentos de textos, que compreendem 13,74% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são: “preconceito” ($\chi^2 > 32,63$; $p < .001$); “passar” ($\chi^2 > 25,09$; $p < .001$); “sala” ($\chi^2 > 19,26$; $p < .001$) e “trabalho” ($\chi^2=13,03$; $p < .001$). Predominam as evocações do grupo de professores com 28,95% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 10,44$ e $p < .001$).

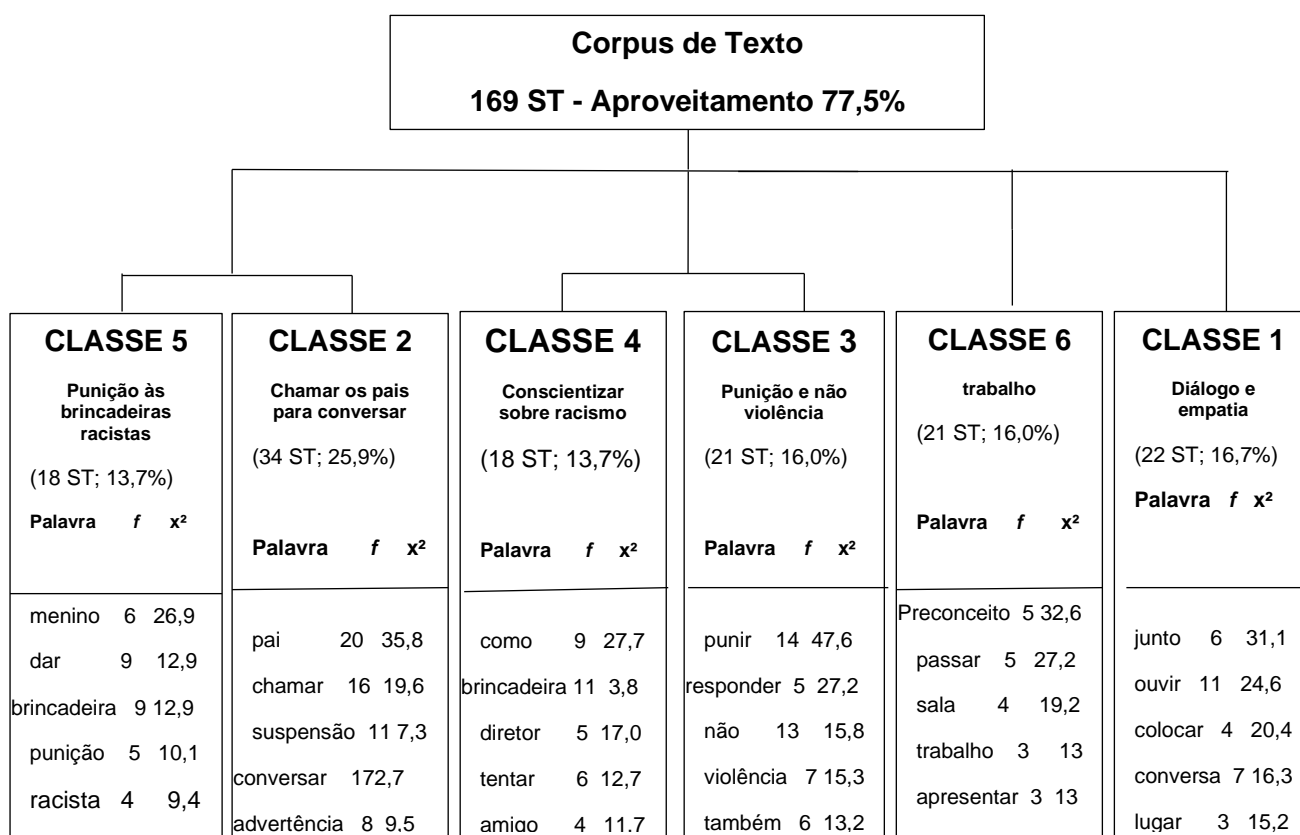
A partir da análise realizada apurou-se que as sugestões que apareceram na classe 6 se direcionam para um modelo mais educativo e reflexivo de resolução de conflitos, transformando o comportamento inadequado dos alunos em ações educativas com consequências positivas para toda a escola como apresentar um trabalho sobre racismo nas salas de aula. Isso pode ser evidenciado no exemplo abaixo:

Informaria ao colega agressor que ele tinha tido uma atitude racista e preconceituosa para com seu colega e que não se tratava de uma simples brincadeira e solicitaria ao mesmo uma pesquisa sobre racismo para apresentar nas salas de aula (participante 98).

Para atingir uma melhor visualização das classes, foi elaborado um organograma (figura 5) com a lista de palavras geradas a partir do teste qui-quadrado. Nele emergem evocações que são semelhantes entre si e diferentes das outras classes. A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas das seis classes apuradas na Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Figura 5

Dendograma das atitudes para a resolução de situações de racismo na escola



Encaminhamentos de episódios de racismo nas escolas brasileiras

Considerando a história problema, foi questionada a opinião dos participantes do estudo sobre como seriam encaminhadas nas escolas brasileiras, situações semelhantes àquela apresentada na história.

As respostas dos participantes foram analisadas e o corpus geral foi constituído por 149 textos, separados em 150 segmentos de textos (ST) com aproveitamento de 105 segmentos de textos (70%). Emergiram 1595 ocorrências de palavras, sendo 580 palavras distintas e 380 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em 5 classes que serão detalhadas a seguir:

- Classe 1: Advertência e chamar os pais

Com 16 segmentos de textos, que compreendem 24% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “advertência” ($\chi^2 = 41,72$; $p < .001$); “aluno” ($\chi^2 = 35,84$, $p < .001$) e “pai” ($\chi^2 = 12,96$; $p < .001$). Predominam as evocações de participantes negros com 21,88% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 5,59$ e $p = .001$).

Na análise léxica realizada verificou-se que na opinião dos participantes do estudo em questão, nas escolas brasileiras os episódios de racismo são encaminhados com punição, na forma de advertência e chamando os pais para notificar o ocorrido. Isso pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

Ambos os alunos tomariam advertência e as escolas convocariam os pais.
(Participante 65)

Acho que o aluno recebe advertência, os pais são chamados e depois o assunto é esquecido. (Participante 102)

- Classe 2: Depende muito da escola

Essa classe é composta de 23 segmentos de textos, compreendendo 21,9% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “escola” ($x^2 = 46,69$; $p < .001$); “muito” ($x^2 = 14,83$; $p < .001$) e “depende” ($x^2 = 10,75$; $p = .001$). Predominam as evocações de participantes com vínculo com a rede privada de ensino com 37,78% dos ST dessa classe ($x^2 = 11,6$ e $p < .001$) e de renda familiar maior que 5 salários mínimos (32,79% ST, $x^2 = 10,08$ e $p = .001$).

Os participantes dessa classe deram respostas evasivas para essa resposta, afirmando que os encaminhamentos para as situações de racismo nas escolas brasileiras dependeriam muito da escola em que ocorresse tal fato. Os exemplos abaixo aparecem como representação típica da classe 2.

Depende muito da cultura da sociedade onde a escola estiver situada
(Participante 141)

Depende muito do nível econômico e da proposta da escola (Participante 122)

- Classe 3: Encaminhar para a direção e chamar os pais

Classe composta por 23 segmentos de textos, que compreendem 21,9% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são: “encaminhar” ($x^2 = 14,83$, $p < .001$); “conversar” ($x^2 = 14,04$, $p < .001$) e “pai” ($x^2 > 12,08$, $p < .001$). A partir da análise verificou-se que os participantes da classe 3 acreditam que, as situações de racismo nas escolas seriam encaminhadas à direção escolar, bem como na convocação dos pais até a escola. Isso pode ser evidenciado no exemplo abaixo:

Apenas uma conversa entre direção escolar, pais e alunos (participante 145)

- Classe 4: Não fariam nada

Essa classe é composta de 19 segmentos de textos, compreendendo 18,1% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “não” ($x^2 = 52,64$, $p < .001$); “nada” ($x^2 = 33,95$, $p < .001$), “saber” ($x^2 = 4,3$, $p < .001$) e “fazer” ($x^2 = 4,61$, $p = .031$). Dentre os participantes da amostra, predominam nessa classe as evocações de alunos com 27,27% dos ST dessa classe ($x^2 = 4,3$ e $p = .038$).

Verificou-se que os representantes dessa classe acreditam que não se faria nada diante de situações de racismo ocorridas na escola, ou seja, não teria nenhum encaminhamento. O exemplo abaixo evidencia um segmento típico desse grupo.

Não daria em nada, pois no nosso colégio ignorar é mais fácil (participante 37)

Não ia acontecer nada (participante 47)

- Classe 5: Deveria punir, mas infelizmente deixaria passar

Com 24 segmentos de textos, que compreendem 22,86% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “punir” ($x^2 = 28,26$, $p < .001$); “infelizmente” ($x^2 = 17,72$, $p < .001$) e “punição” ($x^2 = 14,03$, $p < .001$) e “passar” ($x^2 = 14,03$, $p < .001$). A partir da análise léxica realizada observou-se que na opinião dos participantes agrupados nessa classe, nas escolas brasileiras os episódios de racismo deveriam ser punidos, mas os mesmos acreditam que isso não acontece, pelo contrário, eles acreditam que estes casos passariam em branco. Isso pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

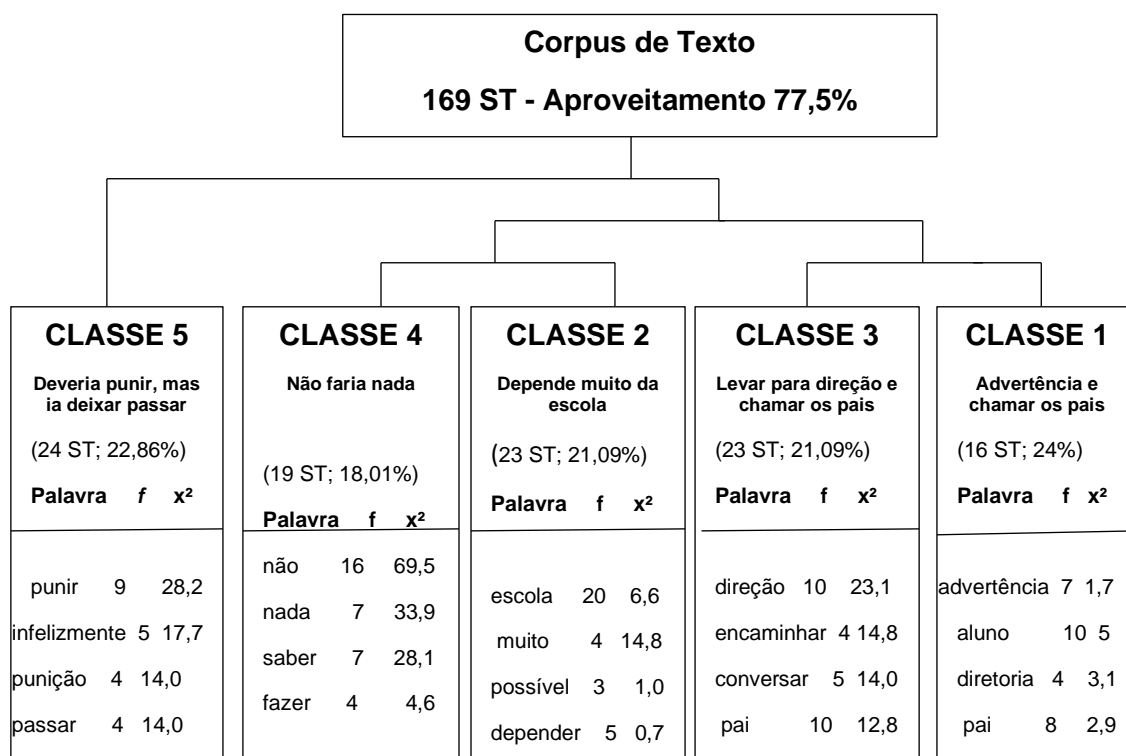
Muitas pessoas deveriam ser punidas, mas infelizmente isso não acontece (participante 4)

As pessoas deveriam ser punidas, mas infelizmente muitas se calam e passam em branco (participante 5)

A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas as cinco classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) através de um dendograma (figura 6) que permitirá uma melhor visualização das classes, bem como de suas palavras representativas.

Figura 6

Dendograma sobre os encaminhamentos de episódios de racismo nas escolas brasileiras



Experiências ou vivências de racismo na escola

Esse tópico apresenta os resultados dos relatos de experiências de racismo vivenciado ou presenciado pelos pais, alunos e professores (participantes da pesquisa). Ainda se referindo a história condutora do estudo em questão, os participantes foram questionados se já tinham vivenciado ou presenciado episódio de contexto semelhante. A maioria dos participantes (54,7 %) respondeu a alternativa não, e aos que

responderam sim (45,3%), que já tinham vivenciado ou presenciado episódio de racismo na escola, foi solicitado que relatasse brevemente o episódio.

Os relatos dos participantes foram analisados e o corpus geral foi constituído por 68 textos, separados em 71 segmentos de textos (ST) com aproveitamento de 52 segmentos de textos (73,24%). Emergiram 1540 ocorrências de palavras, sendo 579 palavras distintas e 389 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em 5 classes que serão detalhadas a seguir:

- Classe 1: Apelidos muito pejorativos

Com 12 segmentos de textos, que compreendem 23,08% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “apelido” ($\chi^2 = 26,9$; $p < .001$); “muito” ($\chi^2 = 18,44$; $p < .001$) e “pejorativo” ($\chi^2 = 10,61$, $p = .001$). Predominam as evocações dos professores participantes dessa pesquisa com 42,11% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 6,11$; $p = .01$).

A partir da análise léxica realizada, pôde ser observado que os participantes dessa classe, principalmente os professores, relataram presenciar episódios de racismo através da utilização de apelidos pejorativos no convívio entre os alunos. Isso pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

Acontecem muito frequentemente, colocam apelidos pejorativos apesar de saberem que o racismo é crime não se importam com o sentimento do outro, apesar de serem negro não se reconhecem como tal e desempenham o papel de uma sociedade racista (participante 111)

- Classe 2: Já aconteceu a mesma coisa

Essa classe é composta de 9 segmentos de textos, compreendendo 17,31% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “nada” ($x^2 = 20,7$; $p < .001$); “mesmo” ($x^2 = 20,6$; $p < .001$), “coisa” ($x^2 = 10,08$; $p < .001$). Predominam as evocações dos alunos com 31,58% dos ST dessa classe ($x^2 = 4,26$ e $p = .03$). Os representantes dessa classe relataram já terem vivenciado ou presenciado situação semelhante àquela relatada na história apresentada nesse estudo. O exemplo abaixo evidencia um segmento típico desse grupo.

Sim, e a direção fez uma coisa que eu não fui de acordo pois expulsou o aluno que agrediu o outro fisicamente, mas o que começou com as agressões verbais nada sofreu (participante, 162)

Sim, uma amiga minha era negra e por sua cor todos achavam que ela não era digna de estudar de pessoas brancas, chamavam ela de tudo que era nome ela resolveu falar com a diretora, mas ela não fez nada e a menina saiu do colégio (participante, 39)

- Classe 3: Fazer piadas e chamar de preto

Classe composta por 10 segmentos de textos, que compreendem 19,23% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são: “menino” ($x^2 = 19,19$; $p < .001$); “preto” ($x^2 = 8,68$; $p < .001$) e “chamar” ($x^2 = 4,45$; $p = .003$). A análise realizada mostrou que, para os participantes da classe 3, as situações de racismo presenciadas ou vivenciadas por eles nas escolas estão ligadas a fazer piadas uns com os outros, chamando de preto entre outras coisas. Isso pode ser evidenciado no exemplo abaixo:

Sim quando fazem piadas com um colega de classe chamando ele de preto e falando que ele some no escuro, aí ele rebate com um chute (participante 33)

Sim, algumas vezes, eu também sou negro e quando venho com uma calça preta os colegas ficam me zutando da mesma forma (participante 12)

- Classe 4: Evitar contato com crianças negras

Essa classe é composta de 12 segmentos de textos, compreendendo 23,08% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “filho” ($x^2 = 10,65$; $p < .001$); “negro” ($x^2 = 7,78$; $p = .005$), “criança” ($x^2 = 3,86$; $p = .04$). Predominam as evocações do grupo de pais e mães com 42,86% dos ST dessa classe ($x^2 = 4,22$ e $p = .03$). Os representantes dessa classe, principalmente os pais, relataram já ter vivenciado ou presenciado com os filhos situações de racismo exemplificadas por afastamento entre crianças brancas e negras, como não sentar perto, formar grupos ou exclusão em datas comemorativas. Os exemplos abaixo evidenciam segmentos típicos dessa classe.

Sim, uma mãe se recusou que sua filha dançasse quadrilha junina com uma criança negra (participante 136)

Sim, na sala do meu filho tem uma mãe que pede para que a filha sente longe dos de pele negra da sala, também não gosta de contato com as mães destes (participante 133)

- Classe 5: Brincadeiras por causa da cor de pele

Com 9 segmentos de textos, que compreendem 17,31% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “pele” ($x^2 = 32,55$; $p < .001$); “cor” ($x^2 = 27,81$; $p < .001$) e “aluno” ($x^2 = 5,42$, $p = .01$). Predominam as evocações dos professores participantes dessa pesquisa com 31,58% dos ST dessa classe ($x^2 = 4,26$; $p = .03$).

Verificou-se que os participantes dessa classe, principalmente os professores, relataram presenciar episódios de racismo na escola através de brincadeiras frequentes realizadas pelos alunos que enfatizam a cor de pele. Isso pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

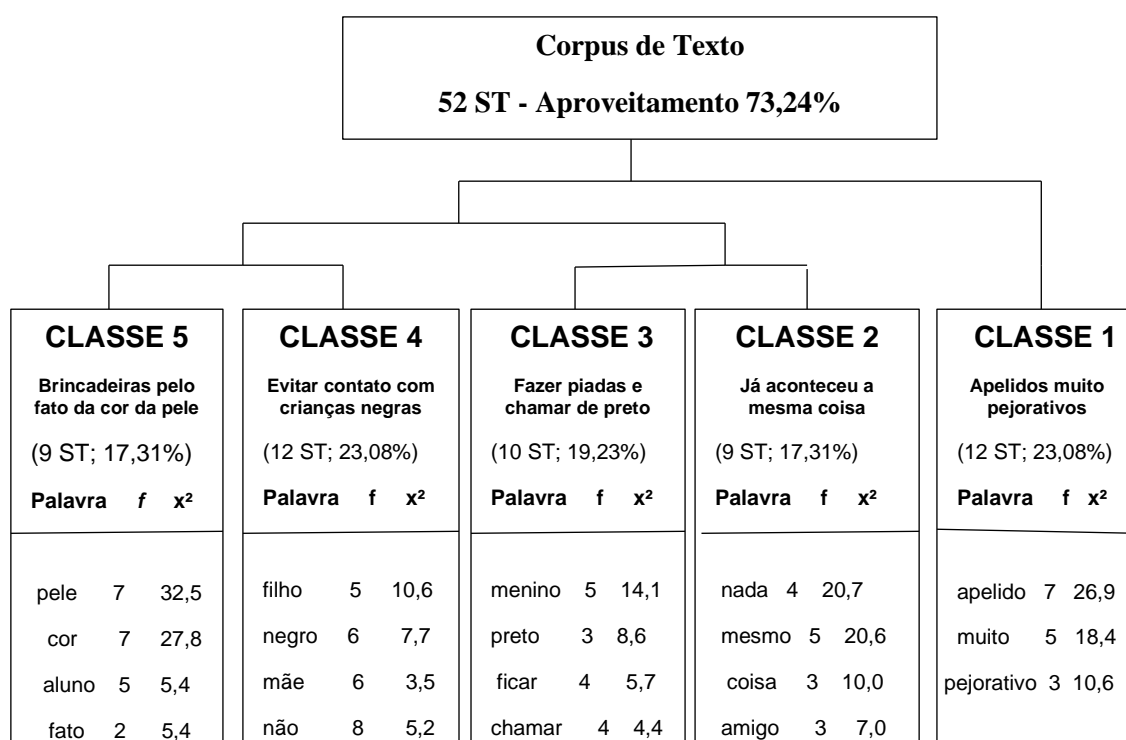
Um grupo de meninas excluir a outra da brincadeira por causa da cor de sua pele e por conta de seu cabelo, em outro caso a exclusão se deu pelo fato da criança ser gordinha (participante 123)

Sim, sempre há brigas e disputas entre os alunos e a forma que eles encontram para ofender e magoar é apelidando e ofendendo a cor da pele ou opção sexual (participante 110)

A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas as cinco classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) através de um organograma (figura 7) que permitirá uma melhor visualização das classes, bem como de suas palavras representativas.

Figura 7

Dendograma das experiências ou vivências de racismo na escola



Contribuições dos membros da comunidade escolar no enfrentamento ao racismo na escola

Esse tópico apresenta os resultados referente ao papel dos membros da comunidade escolar aqui pesquisados, sendo eles pais, alunos e professores, no enfrentamento do racismo na escola. Primeiramente, foi questionado aos participantes se eles acreditavam que era seu papel combater o racismo na escola e 92,8% deles responderam que sim, enquanto que 7,2% responderam que não era seu papel exercer esse tipo de função. Além de responder sim ou não para o questionamento proposto, os participantes teriam que indicar a forma como cada um poderia contribuir para combater o racismo na escola. Os resultados apresentados a seguir indicam as formas de contribuição de cada um dos membros da comunidade escolar para essa função.

As respostas dos participantes foram analisadas e o corpus geral foi constituído por 140 textos, separados em 143 segmentos de textos (ST) com aproveitamento de 103 segmentos de textos (72,03%). Emergiram 2290 ocorrências de palavras, sendo 758 palavras distintas e 470 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em 5 classes que serão detalhadas a seguir:

- Classe 1: Educar meus filhos e dar exemplo

Com 18 segmentos de textos, que compreendem 17,48% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “filho” ($\chi^2 = 63,03$; $p < .001$); “educar” ($\chi^2 = 35,47$; $p < .001$), “dar” ($\chi^2 = 19,65$, $p < .001$) e “exemplo” ($\chi^2 = 9,55$; $p = .002$). Predominam as evocações dos pais e mães participantes dessa pesquisa com 14% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 41,95$; $p = .001$).

A partir das análises, verificou-se que os participantes dessa classe acreditam que podem contribuir para combater o racismo nas escolas educando os próprios filhos em casa e dando exemplo. Isso pode ser evidenciado nos exemplos abaixo:

Educando minhas filhas e dando exemplo (participante, 164)

Buscando educar meus filhos e orientá-los (participante, 149)

- Classe 2: Através de palestras sobre respeito e tolerância

Essa classe é composta de 19 segmentos de textos, compreendendo 18,45% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “respeito” ($\chi^2 = 24,12$; $p < .001$); “palestra” ($\chi^2 = 23,08$; $p < .001$), “através” ($\chi^2 = 13,66$, $p < .001$) e “tolerância” ($\chi^2 = 4,54$; $p = .002$). Predominam as evocações dos professores com 30,3% dos ST dessa classe ($\chi^2 = 4,54$ e $p < .03$).

Os representantes dessa classe, uma parte dos professores desse estudo, acreditam que poderiam contribuir para o combate do racismo na escola promovendo palestras sobre respeito e tolerância para os alunos. O exemplo abaixo evidencia um segmento típico dessa classe.

Através de palestras estimulando a tolerância, divulgação e aceitação das diferenças e implantação de atitudes e respeito mútuo entre toda a comunidade escolar (participante 100)

- Classe 3: Não tolerar ou praticar brincadeiras racistas

Classe composta por 27 segmentos de textos, que compreendem 22,21% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são: “não” ($\chi^2 = 21,3$, $p < .001$); “racista” ($\chi^2 = 21,14$, $p < .001$), “praticar” ($\chi^2 = 17,93$, $p < .001$) e “tolerar” ($\chi^2 = 8,7$; $p = .003$).

Na análise realizada observou-se que não sobressaíram respostas de um grupo específico de participantes como pais, professores ou alunos, de forma que todos eles concordaram que todos poderiam contribuir para combater o racismo na escola através da vigilância em não praticar brincadeiras racistas nem tolerar tais práticas. O exemplo abaixo traz um segmento de texto típico dessa classe.

Não tolerando atitudes racistas e discutindo o tema quando necessário
(participante 114)

- Classe 4: Ajudar pessoas que sofrem com o racismo

Com 16 segmentos de textos, que compreendem 15,53% do corpus total analisado, essa classe é composta por palavras como “ajudar” ($x^2 = 34,64$, $p < .001$); “sofrer” ($x^2=34,24$, $p < .001$), “racismo” ($x^2 = 5,61$, $p = .01$) e “pessoa” ($x^2= 10,62$; $p = .001$). Predominam nessa classe as evocações do grupo de alunos com 38,46% dos ST dessa classe ($x^2 = 25,15$ e $p < .001$).

Nesse estudo, verificou-se que os participantes dessa classe acreditam que a sua contribuição para combater o racismo na escola está voltada para dar apoio aos alunos que sofrem com o racismo, defendendo-os e apoiando-os para procurar a ajuda necessária. O segmento de texto a seguir exemplifica esse grupo.

Ajudando os colegas que sofrem com o racismo além de pedir aos professores mais atividades de conscientização (participante 32)

- Classe 5: Desenvolver projetos que discutam e valorizem a cultura negra

Essa classe é composta de 23 segmentos de textos, compreendendo 22,33% do corpus total analisado. As palavras representativas dessa classe são “projeto” ($x^2 = 30,17$; $p < .001$); “história” ($x^2 = 22,16$; $p < .001$), “cultura” ($x^2 = 17,4$, $p < .001$),

“discussão” ($x^2 = 13,67$; $p = .002$) e “valorização” ($x^2 = 10,75$; $p = .001$). Predominam as evocações dos professores com 36,36% dos ST dessa classe ($x^2 = 6,66$ e $p = .009$).

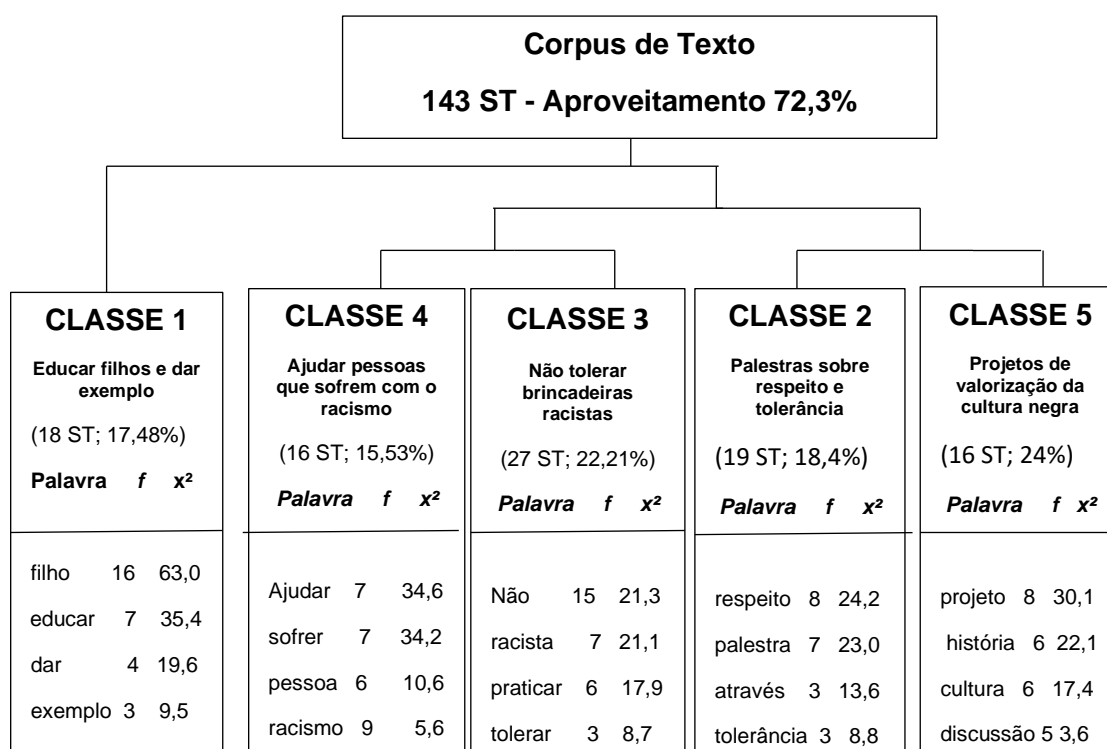
Verificou-se que os participantes dessa classe, representado por uma parte dos professores desse estudo, acreditam que o racismo na escola pode ser combatido através de projetos que discutam a temática e valorizem a cultura negra. O exemplo abaixo evidencia um segmento típico dessa classe.

Elaborando projetos interdisciplinares que utilize a temática de valorização da pessoa negra (participante 102)

Para uma melhor visualização das classes, segue um organograma (figura 8) com a lista de palavras geradas a partir do teste qui-quadrado. Nele emergem evocações das cinco classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Figura 8

Dendograma Contribuições dos membros da comunidade escolar no combate ao racismo na escola



CLASSE 4

Ajudar pessoas que sofrem com o racismo

(16 ST; 15,53%)

Palavra f x²

Ajudar	7	34,6
sofrer	7	34,2
pessoa	6	10,6
racismo	9	5,6

CLASSE 3

Não tolerar brincadeiras racistas

(27 ST; 22,21%)

Palavra f x²

Não	15	21,3
racista	7	21,1
praticar	6	17,9
tolerar	3	8,7

CLASSE 2

Palestras sobre respeito e tolerância

(19 ST; 18,4%)

Palavra f x²

respeito	8	24,2
palestra	7	23,0
através	3	13,6
tolerância	3	8,8

CLASSE 5

Projetos de valorização da cultura negra

(16 ST; 24%)

Palavra f x²

projeto	8	30,1
história	6	22,1
cultura	6	17,4
discussão	5	3,6

Discussão

O presente estudo investigou o enfrentamento do racismo na escola a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar. De forma específica, objetivou observar a frequência com que alunos, professores e pais percebem manifestações de racismo nas escolas brasileiras e se já vivenciaram experiências dessa natureza nesse contexto. Além disso, o referido estudo busca verificar a quem esses membros da comunidade escolar atribuem a responsabilidade de combate ao racismo na escola e as possíveis contribuições para tal enfrentamento. Os resultados anteriormente descritos serão discutidos à luz do referencial teórico que compõe esse estudo através dos tópicos que seguem.

Reconhecimento do episódio utilizado no estudo como racismo

Os resultados mostraram que a maioria da comunidade escolar aqui representada por professores, alunos e pais, reconheceu o episódio hipotético manifestado no ambiente escolar como racismo. Isso ficou ainda mais claro quando os participantes do presente estudo relataram episódios em que presenciaram ou vivenciaram o racismo na escola. Além de outros relatos como brincadeiras e apelidos em relação à cor da pele, uma parte dos participantes relataram já ter presenciado ou vivenciado situação semelhante à ocorrida na história apresentada no estudo, o que demonstra que a história reflete um caso de racismo que acontece de maneira corriqueira nas escolas brasileiras.

Contudo, entre os alunos, percebeu-se que, um evento envolvendo o racismo pode ser entendido como bullying ou brincadeiras comuns entre adolescentes. O fenômeno social que se chama atualmente de bullying já era muito conhecido, mas o termo se expandiu e se popularizou e autores criticam que o controle do fenômeno vai

além da mudança do termo e da classificação. Além disso, essa classificação e popularização pode mascarar outros problemas sociais inerentes aos comportamentos classificados como bullying, como o racismo por exemplo (Antunes & Zuim, 2008).

Ainda sobre o reconhecimento de episódios de racismo na escola, outro dado relevante sobressaiu nos resultados, a percepção do episódio como racismo sofreu interferência do pertencimento grupal do grupo que avaliou. Dessa forma, pôde-se observar que, os alunos negros reconheceram menos o racismo, no episódio descrito, do que os alunos brancos.

O fato de os alunos brancos terem considerado mais o evento como um episódio racista do que os alunos negros, pode indicar uma aproximação com a teoria do racismo aversivo (Dovidio et al., 2010). Para os autores, o racismo aversivo seria uma atitude racial dos brancos que demonstra ambivalência, pois possuem ao mesmo tempo fortes valores igualitários para com os negros, como também sentimentos negativos diante destes. Os dados apresentados podem se aproximar da teoria do racismo aversivo, visto que, em situação de contato inter-racial em que a resposta positiva esperada está clara, como o caso flagrante de racismo apresentado pela história hipotética, os racistas aversivos não discriminam e dispensam fortes valores igualitários para negros e brancos. Isso explica os 92% dos alunos brancos terem identificado como racismo a história apresentada.

Já os alunos negros, reconheceram menos a história apresentada como racismo comparado aos alunos brancos. Isso pode ser entendido pelo fato de que, os alunos negros estão envolvidos na situação e avaliam a história como membros do grupo. Para evitar o custo cognitivo e afetivo que implica pertencer a um grupo discriminado, muitas vezes esses membros negam ou minimizam uma situação como sendo de

racismo. A necessidade de pertencer e de se vincular com os outros também pode produzir a minimização da situação (Carvallo & Pelham, 2006, Crosby, 1982, Tood, 2009). Estes resultados se aproximam também das concepções de Lima e Vala (2004) que afirmam que a realidade imposta pelas normas antirracistas, que alteraram as formas de expressões do preconceito e racismo podem ter naturalizado a realidade de desigualdade a qual estes indivíduos foram submetidos.

Afinal, existe racismo nas escolas?

Foi constatado através dos resultados que os professores são os que mais observam episódios de racismo e sua recorrência nas escolas brasileiras. Esse dado é importante pois é exatamente o contrário do que foi encontrado no estudo de Feitosa dos Santos (2014), no qual professores negaram a existência de racismo nas escolas onde atuam. Esse achado demonstra um avanço nos estudos de enfrentamento ao racismo na escola, visto que muitos autores retratam em seus estudos a negação do racismo no espaço escolar e sua consequência negativa para todos os envolvidos (Feitosa dos Santos, 2014; Riedmann & Stefoni, 2015).

Já que a maioria dos participantes em questão e principalmente os professores foram unânimes em considerarem que os episódios de racismo são frequentes nas escolas brasileiras, como esses casos seriam encaminhados?

Uma parte dos membros da comunidade escolar acredita que esses casos seriam encaminhados para a direção da escola e os pais seriam chamados. Contudo, a maioria dos respondentes acredita que as escolas brasileiras não fariam nada e os casos de racismo ficariam sem nenhum encaminhamento, vale salientar que a maioria dessas respostas vieram do grupo dos alunos. Além desse, outro grupo de participantes

considerou que as escolas deveriam punir, mas também acreditavam que, efetivamente, não aconteceria nada.

Esses dados demonstram que os participantes pouco acreditam que os casos de racismo na escola sejam tratados e encaminhados como deveriam ser. Além disso, os mesmos complementam a discussão sobre a negação do racismo no espaço escolar e se aproximam dos dados encontrados por outros autores em pesquisas realizadas em escolas. Estas mostram que o primeiro discurso que surge quando se é questionado sobre o racismo na escola é a negação e até quando o mesmo é considerado, ele aparece de forma minimizada com o discurso de que pouco acontece, ou é uma situação isolada, ou brincadeiras que fazem parte da idade dos alunos (Cavalleiro, 2005; Riedmann & Stefoni, 2015). No caso do presente estudo, fica perceptível como é dada pouca importância ao racismo nas escolas, a ponto da maioria dos participantes, apesar de considerar uma frequência alta de ocorrência nas escolas, acreditar que não esses casos não teriam nenhum tipo de encaminhamento.

Experiências e vivências de racismo na escola

Os resultados encontrados a partir das vivências dos participantes do estudo indicam que o racismo na escola é sentido através das brincadeiras em virtude da cor de pele, dos apelidos pejorativos em sala de aula, como chamar de preto e de experiências semelhantes à ocorrida na história apresentada no estudo. Esses mesmos relatos aparecem nos estudos de muitos autores brasileiros que afirmam que o racismo aparece nas escolas de forma sutil e corriqueira, através de apelidos e chacotas por causa da cor da pele, cabelos e através de comportamentos negativos atribuídos aos alunos negros (Gomes, 2005; Menezes, 2003; Santos, 2005; Ulger et al., 2018).

Outro resultado importante se refere ao contato com crianças negras na escola. De modo geral, os pais e mães do estudo percebem que o contato social com alunos negros é muitas vezes evitado na escola por outras crianças. Isso aparece na formação de grupos para realização de trabalhos escolares, na escolha de pares para datas comemorativas, em sentar próximo na sala de aula, dentre outros.

De modo semelhante, Santos (2005), estudou o preconceito e discriminação racial em duas escolas públicas de Mato Grosso e também encontrou em seus resultados o isolamento social dos alunos negros. E esse isolamento também se refletiu na dificuldade de alunos negros de serem incluídos em grupos de amigos e em grupos para a realização de atividades escolares. Esse resultado se alinha ainda com vários trabalhos sobre as consequências negativas do racismo no espaço escolar, principalmente para os alunos negros (Ferreira & Camargo, 2011; Itani, 1998).

Esse achado traz à tona a importância de se discutir ainda nos dias atuais sobre o contato inter-racial, principalmente na escola, onde provavelmente se darão as primeiras experiências de contato fora do ambiente familiar. Allport (1971), foi um dos primeiros teóricos da psicologia social a falar sobre a importância do contato como forma de diminuição do preconceito. Além dele, vários outros trouxeram importantes contribuições reunindo estratégias utilizando o contato intergrupar, que poderiam ser utilizadas para a redução do preconceito (Rutland & Brown, 2005; Pettigrew & Tropp, 2006).

De quem é a responsabilidade de enfrentar o racismo na escola?

Um dos objetivos do presente estudo foi entender a quem é atribuída a responsabilidade de enfrentar o racismo na escola. A partir dos resultados obtidos,

evidencia-se que foi atribuída maior responsabilidade aos pais e em segundo à direção escolar. Essa atribuição maior aos pais observada em todos os grupos pesquisados pode estar relacionada à ideia de que os pais são responsáveis pela formação moral dos filhos e consequentemente responsáveis pelas situações de conflitos raciais e comportamentos inadequados que as crianças apresentam na escola (Cavalleiro, 2005). Além disso, os pais aparecem também como responsáveis pela transmissão de valores raciais positivos para seus filhos (França, 2006), que poderia ser uma forma de proteção às crianças e de enfrentamento ao racismo (Serrano-Villar & Calzada, 2016).

Essa atribuição de responsabilidade aos pais possui um outro aspecto que deve ser mencionado. Os pais são membros da escola, mas sua participação não é tão próxima quanto a dos professores, alunos e diretores, uma vez que não estão presentes todos os dias na escola, além de ter pouca influência no PPP. Atribuir tão fortemente a responsabilidade a eles como ocorreu nesse estudo, pode ser indicador de desresponsabilização daqueles que são os membros mais presentes no contexto escolar como alunos, professores e direção. Esse resultado é semelhante aos de outros estudos sobre racismo na escola, nos quais é perceptível um movimento de desresponsabilização, atribuindo o racismo a situações isoladas, aos próprios alunos negros, à comunidade e à sociedade (Bernardo & Maciel, 2015).

A dificuldade de se estabelecer uma forma efetiva de enfrentamento ao racismo se relaciona com a atribuição da causa do problema e com possíveis soluções a outros grupos. Dos membros da comunidade escolar aqui pesquisados, o único grupo que se considerou como principal responsável no combate ao racismo na escola foram os pais. Os professores e alunos atribuíram uma maior responsabilidade aos outros grupos e os alunos foram os que menos atribuíram responsabilidade a eles mesmos.

Esse resultado se aproxima dos encontrados por Feitosa dos Santos (2014). No seu estudo, os professores atribuíram a responsabilidade pela implementação de ações de enfrentamento do racismo ao poder público, ao governo, ao MEC e as pessoas discriminadas pela conscientização de seus direitos. No presente estudo, observou-se que os professores não perceberam o valor e a força que eles, como membros do corpo escolar e participantes ativos e permanentes neste espaço, podem ter no controle e na vigilância do combate aos atos racistas na escola.

Quanto a responsabilidade da escola de enfrentar o racismo e promover ações que possam preveni-lo, não foi significativa a comparação entre os membros da comunidade escolar, aqui estudados. Desse modo, pode-se concluir, como era esperado, que a maioria concorda que a escola deva combater o racismo nos seus espaços e, mais, considera muito importante que sejam promovidas ações educativas para a prevenção.

Além da responsabilidade de enfrentar o racismo na escola, as possíveis sugestões para a resolução de episódios desse tipo se voltaram para a atuação dos pais. Novamente estes apareceram como grupo importante de atuação dentro da escola e na resolução de conflitos, fato esse demonstrado pela maioria dos participantes que sugeriram como resolução para episódios de racismo na escola chamar os pais para conversar.

Outras sugestões se voltaram para a punição severa aos envolvidos em brincadeiras racistas, vale salientar que a maioria dessas sugestões partiram do grupo de alunos. Esse resultado coaduna com os estudos da área do racismo que ao longo dos anos vêm demonstrando as consequências deste principalmente para os alunos negros que vivenciam e presenciam o racismo na sua trajetória escolar, trazendo problemas

de autoestima, desempenho escolar, socialização, identidade étnica, dentre outros (Cavalleiro, 1998; Chagas & França, 2010; Gonçalves, 2006; Trinidad, 2016). Nesse sentido, outras sugestões mais educativas como: apresentar trabalhos nas salas de aula sobre preconceito, apareceram também nos resultados e foram sugeridas principalmente pelos professores.

Eu, enquanto pai, aluno e professor, posso contribuir ...

Os autores que estudam a problemática de enfrentamento ao racismo, discutem diversas propostas de combate que versam sobre a aplicação da lei 10.639/02, a contextualização de temas e conteúdos raciais nas aulas, a capacitação e formação de professores para saber reconhecer e reagir ao racismo e a preparação dos alunos para transformá-los em agentes importantes no combate ao racismo (Munanga, 1988; Pettigrew & Tropp, 2006; Yu, 2012;). Todas essas propostas se mostraram importantes para uma educação construtiva e igualitária para todos. Mas, poucos estudos fizeram referências as responsabilidades associadas ao enfrentamento do racismo na escola, ou seja, é importante que o racismo não seja tolerado e não faça parte do ambiente escolar e da sociedade, mas qual a responsabilidade de cada um sobre isso?

Diante desse questionamento é importante saber quais as possíveis contribuições apresentadas pelos membros da comunidade escolar (pais, professores e alunos) para o enfrentamento do racismo na escola. Os resultados desse estudo demonstraram que a maioria dos participantes em geral consideraram uma importante contribuição não tolerar nem praticar mais brincadeiras racistas. Esse dado demonstra que os participantes desse estudo, através da história apresentada no questionário e das perguntas que seguiram, conseguiram refletir sobre suas ações dentro da escola e das consequências delas no que se refere ao racismo. Outra contribuição sugerida advinda

dos pais e mães para enfrentar o racismo foi educar os seus filhos e ser exemplo para eles através de suas ações.

Os professores, assim como nas sugestões para o enfrentamento já apresentadas, sugeriram contribuições mais educativas como: a realização de palestras sobre respeito e tolerância e o desenvolvimento de projetos que discutam e valorizem a cultura negra. Esse resultado diverge do estudo de Feitosa dos Santos (2014) realizado com professores, pois no presente estudo o grupo de professores pesquisados, sendo eles de escolas públicas e privadas, aparece como o grupo que mais observa e reconhece episódios de racismo nas escolas e sugere contribuições importantes para esse enfrentamento.

Mas, como foi discutido no tópico acima, os professores, apesar de observarem com mais frequência os episódios de racismo do que os outros grupos e sugerirem importantes contribuições, não se sentem tão responsáveis por esse enfrentamento e delegam essa ação aos pais e alunos. Se torna evidente que investimentos voltados para esse público são necessários para uma efetiva mudança no quadro de racismo nas escolas. Isso corrobora com os estudos que reiteram a importância em se investir em uma formação docente continuada voltada para a diversidade cultural como forma de enfrentamento ao racismo (Gomes, 2005; Yu, 2012).

Os alunos, como forma de contribuição, sugeriram ajudar as pessoas que sofrem com o racismo na escola. Ao comparar os grupos da comunidade escolar aqui pesquisados, pode-se perceber que os grupos divergiram nas respostas apresentadas. Os alunos por exemplo, reflete ser o grupo que realmente mais sofre com o racismo na escola, fato que pode ser percebido através das manifestações de respostas dos mesmos. Nas sugestões para resolver episódios de racismo, o grupo de alunos se voltou

para uma punição severa. Nesse contexto, nos possíveis encaminhamentos das escolas brasileiras, os alunos consideraram que nada era feito pelas escolas para combater o racismo, enquanto que, nas possíveis contribuições que poderiam dar, preocuparam-se em acolher e apoiar as pessoas que sofrem com o racismo na escola.

Por outro lado, o grupo de pais e professores, através de suas respostas, mostraram-se mais observadores do racismo, sugerindo encaminhamentos voltados para a direção escolar e para os pais. Em se tratando de contribuições apresentadas pelo grupo de pais e professores, é possível perceber que estão voltadas para a prevenção do racismo na escola, como educar e instruir os filhos, realização de projetos interdisciplinares e palestras em sala de aula.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo analisar o enfrentamento do racismo na escola a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar. Esse estudo proporcionou a discussão da temática que relaciona racismo e escola com base na teoria da psicologia social do racismo, ampliando a participação para os membros da comunidade escolar, trazendo o foco para o enfrentamento do racismo e para as possíveis contribuições de cada grupo nesse processo.

A partir dos resultados apresentados, percebeu-se que os objetivos do presente estudo foram atingidos e foi possível responder aos questionamentos propostos no início desse artigo. Qual o papel atribuído à escola no enfrentamento ao racismo e quem são os responsáveis nesse processo? À escola foi atribuída o papel de enfrentar

o racismo e promover ações que possam preveni-lo no ambiente escolar, contando como responsáveis nesse processo todos os membros que compõem a escola.

A quem os membros da comunidade escolar atribuem a responsabilidade pelo enfrentamento ao racismo na escola? Foi constatado que a responsabilidade de enfrentar o racismo na escola é atribuída aos pais e a direção escolar e que os professores observam com maior frequência os episódios de racismo que acontecem nas escolas brasileiras. E quais as sugestões e contribuições da comunidade escolar para esse enfrentamento? Ao avaliar as possibilidades de contribuição de cada grupo para enfrentar o racismo na escola, ficou perceptível que os pais e os professores sugeriram propostas voltadas para a prevenção e os alunos se disponibilizaram a acolher e ajudar os colegas que sofrem com o racismo na escola. Em geral, participantes de todos os grupos aqui pesquisados sugeriram como contribuição não tolerar nem praticar o racismo. Esse conhecimento pode proporcionar para a comunidade escolar uma forma mais ampliada e mais efetiva de enfrentamento do racismo, considerando sugestões e contribuições da própria comunidade.

Uma limitação encontrada nesse artigo foi não incluir na amostra de membros da comunidade escolar, diretores e integrantes da gestão para analisar a opinião deles sobre o enfrentamento do racismo na escola e como eles veem esse papel atribuído a eles. Uma ampliação desse estudo pode ampliar a amostra, incluindo os gestores, por exemplo, e isso pode suscitar novas estratégias de enfrentamento que incluam outros membros da comunidade escolar.

Outra possibilidade de continuação desse estudo se refere ao movimento de desresponsabilização observado em quase todos os grupos da comunidade escolar aqui pesquisados. Os resultados evidenciaram que todos consideraram responsabilidade da

escola enfrentar o racismo, mas poucos se veem como principais responsáveis para esse enfrentamento. Um aprofundamento maior a respeito dessa responsabilização não a si mesmo, mas sempre aos outros, poderia contribuir para a teoria da psicologia social do racismo voltada para o combate ao racismo e ao preconceito.

Espera-se que, por ampliar as discussões de enfrentamento do racismo na escola para os membros da comunidade escolar, não tendo como foco nenhum dos grupos, a presente pesquisa possa contribuir sugerindo novas estratégias que podem ser utilizadas nas escolas como forma de prevenção ou como um trabalho de enfrentamento contínuo e ao longo do ano letivo. Espera-se ainda que os membros que compõem a comunidade escolar possam se comprometer com os aspectos raciais e assumir seu papel ativo enquanto membro social e agente transformador da sociedade.

Considerações Finais da dissertação

O objetivo desta dissertação foi a analisar o papel da escola no enfrentamento ao racismo. Para tanto, foram realizados três estudos, como se sumariza a seguir. No Estudo 1, foi realizado um artigo teórico que aborda o fenômeno do racismo no espaço escolar. Este estudo revisou os principais conceitos relacionados à temática do racismo e discutiu a função da escola no enfrentamento desse fenômeno. O Estudo 2 foi um artigo de revisão integrativa da literatura sobre as estratégias de enfrentamento do racismo na escola. E o terceiro, foi um estudo empírico que analisou o enfrentamento a partir das atribuições de responsabilidade e contribuições dos membros da comunidade escolar.

A partir da análise conjunta desses três estudos, buscou-se, além de complementar a discussão da temática que relaciona racismo e escola com base na teoria da psicologia social do racismo, ampliar a participação para os membros da comunidade escolar, trazendo o foco para o enfrentamento do racismo e para as possíveis contribuições de cada grupo nesse processo.

O levantamento teórico realizado pelo Estudo 1 permitiu o agrupamento de conceitos e de estudos importantes encontrados na literatura internacional e nacional sobre a temática. Além disso, possibilitou a discussão da função da escola no enfrentamento ao racismo, fomentando futuros debates acerca tema. Os resultados do Estudo 2 permitiram verificar o que vem sendo publicado sobre a temática do racismo e do preconceito na área da educação e principalmente que recursos estão sendo utilizados para enfrentar o racismo nas escolas, suscitando novas pesquisas nesse tema e novas estratégias de enfrentamento. Já os resultados empíricos trazidos pelo estudo 3 permitiram ampliar as discussões de enfrentamento do racismo na escola para os

membros da comunidade escolar, incentivando novas estratégias de enfrentamento tendo como foco todos os membros que compõem a escola.

A presente dissertação, em geral, atendeu todos os objetivos. Primeiramente, agregou à literatura sobre o enfrentamento do racismo na escola, o que contribui para o estudo da temática. Em segundo lugar, com o levantamento das estratégias de enfrentamento utilizadas nas escolas e na educação, foi possível embasar docentes e gestão com novas possibilidades de atuação na escola, principalmente com sugestões que possam prevenir episódios de racismo nas escolas brasileiras. Por fim, ao considerar a responsabilidade de enfrentamento do racismo de todos que compõem a escola, foi possível diversificar os estudos nessa temática, visto que a grande maioria deles trazem como foco professores e alunos. E o presente estudo trouxe resultados importantes sobre a atuação dos pais e mães, bem como possíveis contribuições desses e dos outros grupos para o enfrentamento do racismo na escola.

Referências

- Abreu, M. & Mattos, H. (2008). Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, v. 21, p. 5-20. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862008000100001>.
- Allport, GW. (1971). La natureza del prejuicio. Tradução Ricardo Malfé. Cuarta edición. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária (Trabalho original publicado em 1954).
- Aguiar, MM.; Piotto, DC. & Correa, B. (2015). Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 373-388. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991092>
- Antunes, DC. & Zuin, AA. (2008). Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. Porto Alegre. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 33-41. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000100004>.
- Aquino, JG. (1988). Ética na escola: a diferença que faz diferença. In: Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 10. Ed. São Paulo: Summus, p. 135-152.
- Araújo, HL. & Braga, AC. (2019). A escola de todas as cores: o papel do gestor escolar no combate ao racismo. *Revista EXITUS*, v. 9, n. 2, p. 263 – 291. <http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n2ID863>
- Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Berger, R.; Benatov, J.; Abu-Raiya, H. & Tadmor, C. (2016). Reducing prejudice and promoting positive intergroup attitudes among elementary-school children in the

context of the Israeli–Palestinian conflict. *Journal of School Psychology*, 57, p. 53–72. <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2016.04.003>

Bernardo, T & Maciel, RO. (2015). Racismo e educação: um conflito constante. *Revista Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 191-205. <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/302>

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico.

Brasil. (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

Brasil. (2003). Decreto nº 10.639. Altera a Lei no 9.394 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

Brasil. (2004). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Disponível em: www.portal.inep.gov.br Acessado em 10 de março de 2019.

Brasil. (2012). Decreto nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

- Brondolo, E.; Brady, N.; Pencile, M.; Beatty, D. & Contrada, R. (2009). Coping with racism: a selective review of the literature and a theoretical and methodological critique. *J Behav Med* 32, p. 64–88. doi: 10.1007 / s10865-008-9193-0
- Cabecinhas, R. (2007). Preto no branco – A naturalização da discriminação racial. Porto: Campo das letras.
- Carneiro, S. (2011). Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. São Paulo: Selo negro.
- Carvalho, IB. & Castro, AC. (2017). Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 138, p. 133-151. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017156888>.
- Carvalho, M. & Pelham, BW. (2006). When Fiends Become Friends: The Need to Belong and Perceptions of Personal and Group Discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 90, nº. 1, 94 –108. DOI:10.1037/0022-3514.90.1.94
- Cavalleiro, ES. (1998). Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 240f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cavalleiro, ES. (2005). Discriminação e pluralismo nas escolas públicas de São Paulo. In: Educação antirracista: caminhos abertos para a Lei federal 10.639/03.
- Chagas, LC. & França, DX. (2010). Racismo, preconceito e trajetória escolar de crianças negras e brancas: a realidade de Sergipe. IV Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”, Laranjeiras- SE/ Brasil.
- Chauí, M. (2016). Representação política e enfrentamento ao racismo. In: Racismo institucional: fórum de debates de educação e saúde.

- Crosby, F. (1984). The denial of personal discrimination. *American Behavioral Scientist*, 27, p. 371–386. <https://doi.org/10.1177/000276484027003008>
- Cunha, GO. (2015). Memória da Insurreição do Queimado (1845-1850) Serra- ES: a precursora da Lei nº 10.639/2003. *Revista Simbiótica* v. 2, n. 2.
- Diehl, F. (2016). A construção social do racismo e a sua ressignificação contra os imigrantes haitianos. *Movimentação*, v. 3, n. 4, p. 119-133. <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/4633/3406>
- Dórea, AS. (1997). Era uma vez... Contos de fadas e identidade étnica na infância. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.
- Dovidio, J F.; Gaertner, SL. & Kawkami, K. (2010). The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination. Editado por John F Dovidio, Miles Hewstone, Peter Glick, Victoria M Esses.
- Farias, M.; Junior, J. & Costa, I. (2018). Terapia ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. *Revista Interinstitucional Brasileira de terapia ocupacional*, v. 2, n. 1, p. 228-243. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/12712/pdf>
- Feitosa dos Santos, C. (2014). Escola e preconceito: Relações raciais na ótica dos professores. 2014. 135f. Dissertação (Mestrado em psicologia social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

- Ferreira, AJ. (2012). Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 46, p. 275-288. <http://dx.doi.org/10.29286/rep.v21i46.408>
- Ferreira, RF. & Camargo AC. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 31, n. 2, p. 374-389. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>
- França, DX. (2006). Socialização do preconceito em crianças negras, brancas e mulatas do Brasil. Tese de doutorado em Psicologia Social e Organizacional. Lisboa, ISCTE.
- França, DX. (2013). A socialização e as relações interétnicas. In Camino, Torres, Lima & Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias*, p. 541-587. Brasília-DF, Brasil: Tecnopolitik.
- França, DX. (2017). Discriminação de crianças negras na escola. *Interações*, v. 45, p. 151-171. <https://doi.org/10.25755/int.9476>
- França, DX., & Monteiro, MB. (2013). Social norms and the expression of prejudice: The development of racism aversive in childhood. *European Journal of Social Psychology*, v. 43, p. 263-271. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1965>
- Glass, RD. (2012). Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. *Revista brasileira Estudos pedagogia*, v. 93, n. 235, p. 883-913. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400017>
- Gomes, IAN.; Boeing, KC. & Alexandre, IJ. (2012). Exclusão e desigualdade no mundo globalizado. *Revista Eventos Pedagógicos* v. 3, n. 2, p. 377 - 385. DOI: 10.30681/2236-3165

- Gomes, NL. (2003). Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnicocultural. In: Oliveira, DA. Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhos docentes. Autêntica, Belo Horizonte.
- Gomes, NL. (2005). Educação e relações raciais: Refetindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Munanga, K. (org). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, p. 143-154.
- Gonçalves, VL. (2006). Tia, qual é o meu desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Mato Grosso UFMT. Cuiabá.
- Husband, T. (2011). "I don't see color": Challenging assumptions about discussing race with Young children. *Guest Editorial*, p. 365-371. DOI 10.1007/s10643-011-0458-9
- IBGE, (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Recuperado em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.
- IBGE, (2016). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de amostra por domicílio: síntese de indicadores. Rio de Janeiro.
- IBGE, (2017). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de amostra por domicílio: síntese de indicadores. Rio de Janeiro.
- Itani, A. (1988). Vivendo o preconceito em sala de aula. In: Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 10. Ed. São Paulo: Summus, p. 119-134.
- Júnior, WE. (2008). Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. *Ciência & Educação*, v. 14, n. 3, p. 397-416. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132008000300003>

- Levy, SR. & Hughes, JM. (2009). Development of racial and ethnic prejudice among children. Em Todd, DN. *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. Psychology Press. p. 23-38.
- Lima, MEO. (2013). Preconceito. In: L. Camino, ARR. Torres, MEO. Lima, & Pereira, ME. (orgs.), *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília, DF: Technopolitik.
- Lima, MEO. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), p. 401-411. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lopes, VN. (2005). Racismo, preconceito e discriminação. In: Munanga k. (org). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília, p. 185- 200.
- Macêdo, A. (2016). A gestão escolar democrática e a implementação da educação antirracista na escola. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 187. <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30956>
- Malott, KM.; Schaeffe, S.; Paone, TR.; Cates, J. & Haizlip, B. (2019). Challenges and Coping Mechanisms of Whites Committed to Antiracism. *Journal of Counseling & Development*, v. 97, p. 86-97. <https://doi.org/10.1002/jcad.12238>
- Matos, MS.; Bispo, AMC. & Lima, EAC. (2017). Educação antirracista e a lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA. *HOLOS*, v. 02, p. 349-359. <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4861>
- Menezes, W. (2003). O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. *Caderno de Estudos Sociais*, v. 19, n. 1, p. 95-106. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1311/1031>

- Moura, AL. & Autiello, SL. (2017). A imprensa negra como possibilidade estratégica de trabalho para a formação leitora no espaço escolar. *ENTRELETRAS*, v. 8, n. 2, p. 282-300.
- Munanga, K. (1988). *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo
- Nunes, CMN. (2010). O conceito de enfrentamento e sua relevância na prática da psiconcologia. *Encontro: Revista da Psicologia*, v. 13, n. 9, p. 91-102.
<https://revista.pgskroton.com/index.php/renc/article/viewFile/2519/2411>
- Orlando, AF. & Ferreira, AJ. (2014). A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. *Acta Scientiarum*, v. 36, n. 2, p. 207-216. <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v36i2.17693>
- Pereira, JB. (2001). Diversidade, racismo e educação. *Revista USP*, n. 50, p. 169-177. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i50p169-177>
- Pereira, ME.; Paim, A.; Mata Filho, V. & Dantas, G. (2011). Estereótipos e preconceitos nas inserções publicitárias difundidas no horário nobre da televisão baiana. In. O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo. Batista, L. L. & Leite, F. (orgs). São Paulo: Escola de comunicação e artes/ USP: Coordenadoria dos assuntos da população negra. p. 87-104.
- Pettigrew, TF. & Tropp, LR. (2006). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. Conference of the Society for the Psychological Study of Social Issues held in Long Beach, California, USA.

- Pinto, KC. (2017). Baixada afro-brasileira: valorização das manifestações artísticas e culturais. *RELAcult- Revista Latino-Americana de estudos em cultura e sociedade*. v. 03, p. 109-120. <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i2.419>
- Redmond, JD.; Pedersen, A. & Paradies, Y. (2014). Psychosocial Predictors of Antiracist Bystander Action Toward Indigenous Australians. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, Vol. 20, No. 4, p. 474 – 490. <https://doi.org/10.1037/pac0000062>
- Riedmann, A. & Stefoni, C. (2015). Sobre el racismo, su negacion y las consecuencias para una educacion anti-racista em la enseñanza secundaria chilena. *Polis revista latino-americana*, 42, p. 191-216. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682015000300010>
- Rodrigues, J.; Guevara, N; Londoño, S.; Moreno, L. & Rincón, L. (2007). Eleguá y respeto por los afrocolombianos: una experiencia con docentes de Bogotá en torno a la Cátedra de Estudios Afrocolombianos. *Revista de Estudios Sociales*, n. 27, p. 94-105. <http://journals.openedition.org/revestudsoc/19911>
- Rohden, F. (2009). Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. *Cadernos de pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 157-174. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000100008>
- Roman, AR. & Friedlander, MR. (1998). Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. *Revista Cogitare Enfermagem*, v. 3, n. 2, p.109-112. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v3i2.44358>
- Rosemberg, F.; Basilli, C. & Silva, PVB. (2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 125-146. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000100010>

- Rutland, A. & Brown, R. (2005). Reducing prejudice in children – extended report. PhD Thesis of Lindsey – University of Kent.
- São Paulo, E. (2010). Preliminary studies on affirmative action in a brazilian university. RAM. *Revista de administração Mackenzie*, v. 11, n. 3, p. 27-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000300004>
- Santana, MS. (2016). Uma polêmica historiográfica e sua permanência espectral na história escolar. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.11, n.3, p.1481-1495. <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.7280>
- Santos, AM. (2005). Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas do município de Cáceres-MT. 150f. Dissertação (Mestrado em educação) - Instituto de Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso, MT.
- Santos, SA.; Cavalleiro, E.; Barbosa, MI. & Ribeiro, M. (2008). Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. *Estudos Feministas*, v.16, n. 3, p. 913-929. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300012>
- Serrano-Villar, M. & Calzada, EJ. (2016). Ethnic identity: Evidence of protective effects for young, latino children. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 42, p. 21–30. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2015.11.002>
- Silva, TR. & Dias, AA. (2013). O racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento. *Revista Reflexão e Ação*, v.21, n.1, p.72-92. <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v21i1.3232>

- Stangor, C. (2009). The study of stereotyping, prejudice and discrimination within social psychology: a quick history of theory and research. Em Todd, D. N. *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. Psychology Press, p. 1-22.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Todd, DN. (2009). *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. Psychology Press.
- Trevisan, ACR. & Dalcin, AO. (2014). O que as imagens dos livros didáticos de matemática nos dizem sobre multiculturalismo? *Educação Matemática. Pesquisa*, v.16, n.2, p. 459-478. <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/16673>
- Trinidad, CT. (2016). Construção da identidade étnico-racial: O que as crianças pré escolares têm a dizer?. *Anais VIII FIPED V. 1*, ISSN 2316-1086. Editora Realize.
- Ülger, Z.; Dette-Hagenmeyer, DE.; Reichle, B. & Gaertner, SL. (2018). Improving outgroup attitudes in schools: A meta-analytic review. *Journal of School Psychology* 67, p. 88–103. <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2017.10.002>
- Valente, AL. (2005) Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 62-77. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100006>
- Vassalo, M. (2010). *A professora encantadora*. Editora abacate.
- Weller, W. & Silveira, M. (2008). Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. *Estudos Feministas*, v.16, n. 3, p. 931-947. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300013>

- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Sociedade*, v.25, n.3, p.535-549. DOI 10.1590/S0104-129020162610
- White, RW. (1974/1985). Strategies of adaptation: na attempt at systemic description. In: Monat, A.; Lazarus, R. S. (orgs). Stress and coping: na anthology. New York: Columbia University Press, p. 121-143.
- Williams, TL. & Davidson, D. (2009). Interracial and intra-racial stereotypes and constructive memory in 7-and 9-year old African American children. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 30(3), p. 366-377. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2009.02.002>
- Yu, T. (2012). "What is it that I don't know": learning with White teachers in anti-racist education. *Multicultural Education*, v. 19, n. 4, p. 47-52. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1014889.pdf>

Anexos

Anexo 1 – Comprovação de publicação do Estudo 1 em periódico científico

The screenshot displays the website of the journal 'Revista Educação & Formação'. The top navigation bar includes links for 'Atual', 'Arquivos', 'Notícias', 'Fontes/Indexadores', 'Avaliadores', and 'Sobre'. A search bar is located on the right. The main content area features the journal's cover image and the publication date 'Publicado: 2019-08-21'. To the right, there is a section for 'Idioma' (Language) with options for Portuguese (Brasil), English, Español (España), and Français (France). Below this is a 'Palavras-chave' (Keywords) section with a word cloud. The bottom section lists several articles with their titles, authors, and page numbers. Each article has buttons for 'PDF Português', 'PDF Inglês (English)', and 'XML'. On the right side of the article list, there is a 'Contador de visitas' (Visits Counter) showing 6,604 page views from December 30th to January 30th, 2019, and a 'Preservado em:' (Preserved in:) section with logos for Cariniana and AU DA.

Educação & Formação

Atual Arquivos Notícias Fontes/Indexadores Avaliadores Sobre

Buscar

Início / Arquivos / v. 4 n. 12 set/dez (2019): Educação & Formação

Publicado: 2019-08-21

Enviar Submissão

Idioma

Português (Brasil)

English

Español (España)

Français (France)

Palavras-chave

82-103

André Dione Fonseca, Anselmo Alencar Colares, Sinaia Almeida da Costa

PDF Português PDF Inglês (English) XML

A justiça social por meio das cotas na Universidade Federal de Rondônia

Aparecida Luzia Alzira Zuin, Eliane Bastos

104-123

PDF Português PDF Inglês (English) XML

Processo de institucionalização da política nacional e estadual de formação docente: Proposições e resistências no Paraná

Angela Maria de Sousa Lima, Mário Luiz Neves Azevedo

124-147

PDF Português PDF Inglês (English) XML

Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: Uma revisão integrativa

Daniela Melo da Silva Carvalho, Dailia Xavier de França

148-168

PDF Português PDF Inglês (English) XML

Articulação entre ensino, pesquisa e extensão: Contribuições do programa de educação tutorial (PET) para a formação de graduandos em Biologia

Raphael Alves Feltosa, Ana Maria Iório Dias

169-190

PDF Português PDF Inglês (English) XML

Formação docente em educação física: Perspectivas de uma racionalidade pedagógica do corpo em movimento

Samara Moura Barreto de Abreu, Wilson Nóbrega Sabóia, Sílvia Maria Nobrega-Therrien

191-206

Contador de visitas

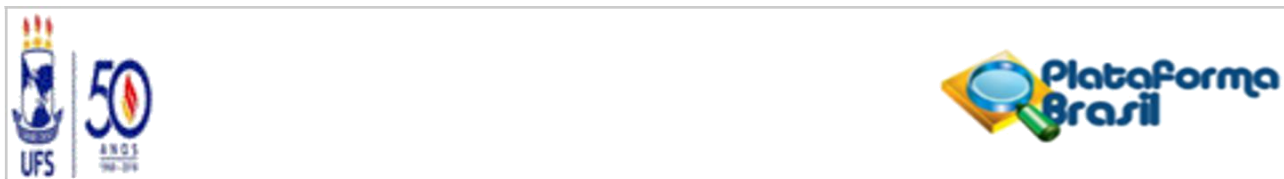
Acessos a partir de 27 de julho de 2019.

6,604 Pageviews
Dec 30th - Jan 30th

Preservado em:

Cariniana
Rede Brasileira de Serviços de
Preservação Digital

AU DA



Anexo 2 – Aprovação pela Comissão de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O papel da escola no combate ao racismo: diferentes perspectivas.

Pesquisador: DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 10321319.7.0000.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.251.935

Apresentação do Projeto:

O objetivo deste estudo será analisar a percepção sobre papel da escola no combate ao racismo e ao preconceito a partir da vivência de diferentes membros da comunidade escolar. A pesquisa contará com 170 participantes, sendo eles 50 professores da rede pública e privada, 50 estudantes dos 8º e 9º anos do ensino fundamental, 50 pais de estudantes em idade escolar e 20 diretores e coordenadores da rede pública e privada de ensino. Os dados serão obtidos pela aplicação de um questionário composto por perguntas subjetivas e objetivas para os alunos, pais, professores e diretores, bem como dados sócios demográficos dos participantes. Será utilizado para a análise dos dados os softwares SPSS e IRAMUTEC.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a percepção sobre papel da escola no combate ao racismo e ao preconceito a partir da vivência de diferentes membros da comunidade escolar, sendo eles: pais, alunos, professores e direção/coordenação escolar.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_ DO_P ROJETO_1302500.pdf	26/03/2019 11:21:13		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoescolaprivada.pdf	26/03/2019 11:07:10	DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleadulto.docx	26/03/2019 11:06:11	DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclemenor.docx	26/03/2019 11:05:57	DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoplataformaBrasil.docx	08/03/2019 15:40:46	DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	08/03/2019 15:37:21	DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaocodap.pdf	08/03/2019 15:36:08	DANIELA MELO DA SILVA CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 09 de Abril de 2019

Assinado por:**Anita Hermínia Oliveira Souza****(Coordenador(a))**

Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (menores de idade)

O papel da escola no combate ao racismo: diferentes perspectivas

Venho solicitar a vossa autorização para que o menor (a)

participe de forma voluntária no projeto de pesquisa acima citado. O objetivo da pesquisa é analisar a percepção sobre o papel da escola no combate ao racismo e ao preconceito a partir da vivência de diferentes membros da comunidade escolar, sendo eles: pais, alunos, professores e direção escolar.

A pesquisa contará de aplicação de um questionário semiestruturado para todos os participantes. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora mestranda Daniela Melo da Silva Carvalho, sob orientação da prof. Dra. Dalila Xavier de França, orientadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

Como informações complementares, afirmo que para o menor sobre sua responsabilidade:

- a) A participação nesta pesquisa não oferece nenhum risco a saúde física e psicológica dos participantes, muito menos não oferece qualquer situação de desconforto. E de igual modo a participação nesta pesquisa não lhe oferece nenhum benefício ou pagamento, a participação totalmente voluntária, não contemplando nenhum tipo ou espécie de pagamento;
- b) A participação é livre e voluntária. A qualquer momento o menor, pode deixar de responder, interromper ou desistir do processo de aplicação do questionário, sem nenhum prejuízo, ou risco de penalidade;
- c) Você enquanto responsável pelo menor, tem plena liberdade de recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- d) A qualquer momento você, ou o menor participante, sempre que julgar necessário, poderá consultar e ter acesso aos resultados da pesquisa, com a mestranda Daniela Melo da Silva Carvalho, responsável pelo estudo, através do telefone 79-999710011.
- e) Em nenhum momento da pesquisa o menor precisará se identificar. E vocês tem a garantia de que seus dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo em todas as fases da pesquisa. Apenas os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada;

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi por mim assinado em duas vias, juntamente com a pesquisadora. Sendo que uma delas entregue a mim e a outra permanecerá com a pesquisadora responsável.

Diante dos esclarecimentos, Eu

.....
 portador do RG nº....., residente na
 abaixo
 assinado responsável legal pelo menor (a)
 dou meu
 Consentimento Livre e Esclarecido para que ele(a) participe como voluntário do
 projeto de pesquisa supracitado.

Aracaju, _____ de _____ 2018

Assinatura do Voluntário ou do Responsável Legal

.....

Daniela Melo da Silva Carvalho - Pesquisadora Responsável pelo estudo

.....

Anexo 4 – Questionário dos alunos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA

INSTRUÇÃO

A presente pesquisa tem o propósito de entender o papel da escola na socialização de crianças e adolescentes. Para tanto, solicitamos a sua participação por meio do presente questionário. Ressaltamos que esta pesquisa é de opinião, não havendo, portanto, respostas certas ou erradas. Obrigada!

VAMOS COMEÇAR?

- I- Leia o texto abaixo e responda as perguntas que seguem, procure dar respostas mais completas possíveis.

O intervalo

Um grupo de adolescentes sentados, em círculo, no pátio da escola conversava e Luís, como sempre, estava no centro das brincadeiras. A camisa do uniforme da escola mudou de cor recentemente e passou a ser preta, desde então as brincadeiras com Luís só pioraram. Antes eram os apelidos que ressaltavam a cor de pele negra do aluno, agora era a camisa que, por ser preta, os colegas viviam caçoando dele dizendo que ele vinha para escola sem camisa.

No meio da roda, um colega do grupo levantou, abriu sua mochila, retirou uma camisa branca e jogou no colo de Luís mandando ele vestir para não entrar na sala sem camisa. Todos riram e acharam a brincadeira divertida, até que Luís, furioso, deu um soco no menino e saiu correndo. Todos ficaram chocados com a atitude de Luís, afinal esse grupo estudava junto há anos e era só uma brincadeira. No outro dia, Luís e seu colega foram chamados pelo diretor, que resolveu ouvi-los para entender qual seria a melhor atitude para resolver a situação.

- 1- Se você fosse diretor ou diretora dessa escola e recebesse Luís e seu colega em sua sala, que atitude você tomaria para resolver o fato ocorrido?

- 2- O que lhe levou a tomar essa atitude enquanto diretor(a)?

- 3- Na sua opinião o que motivou a atitude dos colegas de sala de Luís para agir conforme a história acima?

- 4- O que motivou a atitude de Luís a atuar conforme descrito?

- 5- Episódios como este, ocorrido com Luís, estão mais para:
(marque apenas uma alternativa)

() bullying () agressão () brincadeiras normais entre os jovens

() racismo () outros _____

- 6- Marque, na escala abaixo, o nível de responsabilidade que você atribui a cada um dos membros da comunidade escolar, no combate a episódios de contexto semelhantes a este na escola.

	Nada responsável 1	2	3	4	5	6	Totalmente Responsável 7
a direção da escola							
os pais							

os professores							
os alunos							

- 7- Na sua opinião, com que frequência, episódios semelhantes ao de Luís, acontecem nas escolas brasileiras?

Nunca ocorre 1	2	3	4	5	6	Muito frequente 7

- 8- Na escola onde você estuda, você já vivenciou ou presenciou episódios que tinha um contexto semelhante a história apresentada? Se sim, relate brevemente o episódio.

- 9- Como seriam resolvidas situações semelhantes à essa nas escolas brasileiras?

- 10- E na escola onde você estuda, como seriam resolvidas?

- 11- Marque na escala abaixo o seu nível de concordância com as perguntas que seguem.

- a) Na situação descrita na história acima, o diretor, mesmo não concordando com a reação de Luís, considerou um episódio racista. Você concorda com ele?

discordo totalmente 1	2	3	4	5	6	concordo totalmente 7

b) Você concorda que seja responsabilidade da escola combater o racismo?

discordo totalmente 1	2	3	4	5	6	concordo totalmente 7

c) Você considera importante que se implementem ações na escola que possam prevenir situações de racismo?

Nada importante 1	2	3	4	5	6	Muito importante 7

12- Se você considera que se implemente na escola ações voltadas para o combate e a prevenção do racismo, marque nas ações listadas abaixo aquelas que você acha importantes para cumprir essa função:

- () Valorização da história e cultura negra
- () Comemoração do dia da Consciência Negra
- () Inclusão da temática racial em projetos multidisciplinares
- () Não tolerância com brincadeiras e práticas racistas na escola
- () Proposição de discussões com temática racial com todos que fazem parte da escola
- () Outras ações _____
- _____
- _____

13- Você, como aluno, acredita que é seu papel combater o racismo na sua escola?

() SIM () NÃO

14- Se sim, justifique sua resposta, indicando de que forma você acredita que poderia contribuir no combate ao racismo na escola.

15- Justifique sua resposta, indicando quem você acredita que deveria contribuir no combate ao racismo na escola

Para encerrar...

II- Gostaríamos de fazer algumas perguntas para caracterizar o perfil sócio demográfico das pessoas que participaram dessa pesquisa. Por favor, responda as perguntas que seguem:

Idade: _____

Sexo: () feminino () masculino

Estuda em escola da rede: () pública () privada

Série em que estuda: _____

Renda familiar:

() Entre 1 e 2 salários () Entre 3 e 4 salários

() Entre 4 e 5 salários () Acima de 5 salários

Cor de pele:

BRANCA 1	2	3	4	5	6	NEGRA 7

Marque na escala abaixo o nível de importância que você atribui por possuir essa cor de pele.

Nada importante 1	2	3	4	5	6	Muito importante 7

Marque na escala abaixo o nível de satisfação que você atribui por possuir essa cor de pele.

Nada satisfeito(a) 1	2	3	4	5	6	Muito satisfeito(a) 7

Obrigada!